

SESSÕES DO PLENÁRIO

11ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 07 de março de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO SANDRO RÉGIS (1º SECRETÁRIO)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Heber Santana, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(60)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Leitura do Expediente.

OFÍCIO

Da Deputada Mirela Macedo comunicando que, por motivo de saúde, esteve ausente nas Sessões dos dias 21 e 22/02/2017, conforme atestado médico apresentado.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao plenário as atas das seguintes sessões: 7ª, 8ª e 9ª ordinárias, realizadas, respectivamente, em 20, 21 e 22 de fevereiro de 2017; 3ª especial,

realizada em 16 de fevereiro de 2017; e o termo de abertura do dia 02 de março de 2017.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Eduardo Salles, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Fábio Souto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem, deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- Sr. Presidente, amanhã é dia de votação dos projetos dos deputados, conforme ficou acordado aqui. Procurei estudar, observar e vi que na Câmara Federal, deputado Targino, quando um projeto sai da Comissão de Constituição e Justiça ele está apto para vir para o plenário. Até porque já aconteceu isso, vários projetos passarem pela Comissão de Constituição e Justiça, virem para o plenário e serem aprovados.

Queria fazer uma consulta a V.Ex^a, amanhã é dia de votação de projetos de deputados, há vários projetos aprovados pela Comissão de Constituição e Justiça, solicito a V.Ex^a e ao deputado Angelo Coronel que mandem esses projetos, amanhã, para a votação em plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Fábio Souto, o deputado Angelo Coronel será notificado da questão de ordem de V.Ex^a para ver como será procedida a votação dos projetos amanhã.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pequeno Expediente.**(Oradores Inscritos)**

Com a palavra o deputado Eduardo Salles pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. EDUARDO SALLES:- Prezado presidente, prezados colegas deputados, V.Ex^{as} sabem que não sou de estar todos os dias aqui conversando e nem colocando assuntos que não sejam de grande relevância. Durante 6 anos, estive na Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia e achei que tinha vivido um dos momentos mais difíceis da agropecuária baiana, porque durante esses 6 anos em que lá estive, passamos 3 anos por uma seca terrível. Mas essa seca, durante o período em que estive na Secretaria, foi uma seca circunscrita a um território, que era o território do semiárido. A Bahia tem 56 milhões de hectares, 70% desse território está no semiárido. E nós, naquele momento, tivemos uma seca terrível no semiárido baiano. Naquele momento, a pecuária baiana tinha uma válvula de escape, que era a região Sul, a região do Extremo Sul da Bahia, na qual a pecuária sobrevivía, tínhamos um refúgio para esses animais que saíam das demais regiões da Bahia.

Pois bem, senhores e senhoras, colegas deputados, agora passamos por um momento dramático. A Bahia passa por um momento em que eu, na minha história de vida, nunca vi uma situação como tal. É dramática, mas é dramática mesmo.

Precisamos, neste momento, estar todos unidos, todos temos que estar juntos, governo federal, governo estadual, governos municipais, as populações dos municípios. Porque o momento é dramático e, talvez, nunca vivido nas últimas décadas no Estado da Bahia. Temos as chuvas que não aconteceram para o abastecimento dos barramentos. Hoje, na Bahia, temos barramentos chegando ao seu nível crítico, tanto para a questão de abastecimento humano como para uma atividade fundamental, que é a irrigação. O semiárido, para contradizer o que muitos que não têm conhecimento dizem que não era para se produzir frutas no Semiárido, banana com água do semiárido é um absurdo, isso é uma falta de conhecimento dessas pessoas. O Semiárido é o melhor lugar para se produzir frutas no mundo, é por isso que se produz frutas no Semiárido porque você tem uma condição de qualidade, de produtividade diferenciada em relação aos outros locais, aos outros climas e relevos que temos no Estado da Bahia, no Brasil e no mundo.

Agora, chegamos a um momento muito crítico e para isso precisamos de ações imediatas. Como presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia, conversamos hoje, discutimos bastante o assunto e solicitamos, urgente, uma agenda com o ministro da Agricultura Blairo Maggi, para que a Comissão de Agricultura possa ir junto ao secretário de Agricultura do Estado da Bahia, Vítor Bonfim, e com o secretário de Desenvolvimento Rural, Jerônimo Rodrigues, que possamos ir ao ministro, colocar e relatar a real situação do Nordeste, especificamente a real situação da Bahia, que tem o maior rebanho caprino do Brasil, o segundo maior rebanho ovino do Brasil e o terceiro maior rebanho leiteiro, um dos maiores rebanhos bovinos do Brasil e agora corremos o risco de ver esses rebanhos dizimados.

Então, precisamos de ações imediatas e a ajuda do governo federal para que elas sejam efetivadas. Precisamos fazer a limpeza das aguadas com a ajuda do governo federal, ampliar o número de poços, e o governador Rui Costa já colocou que quer o recorde esse ano de poços perfurados na Bahia, mas precisamos de mais, precisamos de recursos do governo federal para injetar e dobrar o número de poços artesianos para dar sobrevivência aos rebanhos e à população do Semiárido e da Bahia como um todo. Só para citar a vocês, temos hoje municípios como Itanhém no Extremo Sul da Bahia, que é um município que, normalmente, tinha um excesso de chuva, tem um dos 3 maiores rebanhos bovinos do Estado da Bahia, e ele, junto com Itamaraju e Guaratinga, que completam os 3 municípios com maior rebanho bovino da Bahia, hoje tem dificuldade para o abastecimento humano.

Então, precisamos, Sr. Presidente, colegas deputados, de ações imediatas. Aquele programa do milho venda em balcão que foi anunciado...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputado.

O Sr. EDUARDO SALES:- Peço a paciência de 1 minuto, por favor, Sr. Presidente. O Programa de Vendas em Balcão de Milho, que naquela altura em que fui secretário, e fui presidente do Conselho de Agricultura, colocamos 27 armazéns vendendo milho subsidiado a R\$ 18,20 o saco de milho. Pois bem, o Michel Temer anunciou agora 200 mil toneladas para o Nordeste. A Bahia àquela altura vendeu 156 mil toneladas.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputado.

O Sr. EDUARDO SALES:- Concluindo, Sr. Presidente, precisamos de 3 assuntos básicos agora: a questão do milho venda em balcão não foi normatizada ainda, precisamos de máquinas para limpeza de aguadas, precisamos de poços artesianos e programas para carros pipas, urgente.

Quero apelar a V.Ex^a para que possamos fazer um trabalho em conjunto e em defesa da Bahia, Sr. Presidente Sandro Régis, precisamos trabalhar juntos, nesse programa, em defesa desse momento difícil que a Bahia passa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, caro deputado Eduardo, V.Ex^a é conhecedor da área até por que foi secretário de Agricultura, falou muito bem da situação dramática que vive o Nordeste, principalmente a Bahia.

Nunca vi, dizem os especialistas que é a maior seca da história; tiro, deputado Eduardo, por essa seca inclemente que devora os rebanhos bovinos, caprinos, deixando a Bahia mais pobre, deixando o homem do campo que vive ali da sua rocinha, da sua fazenda sem ter para quem apelar. Acho que já passou da hora de o governador, que disse em audiência há poucos dias, ir ao governo federal para ver o que o governo federal poderia ajudar a Bahia nesse momento difícil que nós estamos atravessando.

A seca está dizimando todo o rebanho e as lavouras, que já foram embora há muito tempo, deputado Eduardo. O clima mudou de tal forma, que lá na cidade em que nasci, a minha Campo Formoso, chovia 4 meses seguidos ininterruptos. Aquela chuva e garoa fina. Para quem não conhece, é um município com 1/3 do tamanho do Estado de Sergipe e 2 climas distintos. Num raio de 15 quilômetros da sede, tem a Zona da Mata, onde faz ou fazia 12, 13 graus e também chovia 4 meses seguidos. Mas hoje estamos vendo todas as nascentes, cachoeiras e todos os rios, como o Itapicuru, secando. Essa é a situação dramática que vivemos.

Nós temos o Projeto Canal do Sertão. Mas acredito até, deputado Luciano, que, quando começarem a construir pra puxar a água ali de Juazeiro descendo para Jaguarari, Senhor do Bonfim, Ponto Novo e Capim Grosso, se demorarem muito de realizar esta obra, não terá água nem no São Francisco, porque já vemos o que ele está passando também, tendo o nosso líder maior, o ex-deputado e senador Otto Alencar, como um dos maiores conhecedores e devedores da defesa desse rio.

Mais um dos escândalos deste País, deputado Hildécio, vimos agora antes de se inaugurar um trecho da transposição do Rio São Francisco, com a barragem já rompida. É a triste imagem do Brasil que não tem jeito! Vamos nos acostumando porque esta Nação realmente não tem jeito! Deputado Targino, ela nunca vai ser de

Primeiro Mundo. Então, eu mesmo já desisti. Nós, que sonhamos que o Brasil seja um dia um País de Primeiro Mundo ou até de Segundo, vemos que não tem jeito. Vamos continuar sendo de Terceiro.

Todas as áreas aqui que a gente discutir, são lamentáveis os resultados! Todas! Na política, no Judiciário, Executivo, Legislativo, no meio empresarial. Porém nós temos boas práticas em todos eles. Claro que toda regra tem exceção.

Eu queria fazer mais algum comentário, mas vou deixar para falar no Horário das Representações Partidárias.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Falarei sobre o projeto de reforma das leis trabalhistas, mais um absurdo numa área tão importante daqui do nosso País e do mundo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Nobre presidente, caros colegas deputados e deputadas, Imprensa, os nobres queridos alunos da Escola do Legislativo, o primeiro motivo que nos traz aqui é saudar o secretário Walter Pinheiro e o governador Rui Costa pelo lançamento do Programa Mais Futuro, deputado Alan Sanches, que vai beneficiar estudantes das Universidades Estaduais com uma bolsa de R\$ 300,00 para aqueles que têm o seu domicílio a até 100 quilômetros da Universidade Estadual e R\$ 600,00 para os que residem a mais de 100 quilômetros dela. Claro, eles não podem ter vínculo empregatício e tem de estar inscritos no CadÚnico, guardando-se os critérios para os estudantes mais carentes.

Entendemos, compreendemos que teremos grandes avanços com o esforço do governador Rui Costa nos Programas Educar para Transformar, com 9 mil empregos para jovens, o primeiro emprego, e agora este Mais Futuro, garantindo a permanência no seu curso daquele jovem universitário que tem dificuldade de deslocamento da sua cidade, do seu município.

Aliás, nós, que estamos à frente da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, lá discutimos logo na primeira audiência a importância do Ensino Superior, de qualificarmos, de fazermos novos orçamentos, concursos pra professores universitários e de promovê-los. Enfim, vamos fazer uma discussão com o Fórum de Diretores e Diretoras da Uneb. Estamos aguardando audiências com os secretários Góes e da Fazenda, bem como com o governador. Temos de reconhecer o esforço deste governo para investir na educação, desde a alfabetização até o nível superior.

Então, hoje aqui viemos inicialmente para saudar o Programa Mais Futuro. Se você é universitário e estiver inscrito no CadÚnico, isto é, um estudante que tem

dificuldade financeira, não tem vínculo empregatício e mora a até 100 quilômetros ou um pouco mais da sua universidade, pode entrar na Internet e se cadastrar, inscrevendo-se neste programa que hoje foi divulgado pelo governador Rui Costa.

O segundo motivo que me traz à tribuna, Sr. Presidente, deputado Sandro Régis, V.Ex^a que é um feminista de alma, é chamar a atenção de todos os colegas deputados, não só das 8 mulheres que compõem aqui “A Casa das Oito Mulheres”, deputado Luciano Ribeiro, para o Dia Internacional da Mulher amanhã. E hoje estamos, por iniciativa da Comissão Direitos da Mulher - da qual atualmente também faz parte a deputada Mirela, e foi ela quem conseguiu -, vendendo para vocês, a título de contribuição, uma gravata rosa choque a ser usada nesta quarta-feira para lembrarmos que o 8 de março não é o dia da luta só das mulheres, e sim delas e dos homens também. Enfim, é de mulheres e homens a luta pela cultura da fraternidade, da tolerância e do combate às diversas violências.

Nós vamos, deputado Sandro Régis, fazer com que os deputados do sexo masculino comprem essas gravatas, deputada Luiza Maia, ajudando a Comissão da Mulher a fazer suas atividades no decorrer do ano. E não só comprar por R\$ 150,00, o preço que estamos vendendo. A deputada Mirela vai explicar isso depois. Ela é a nossa mascote e transformou a nossa Bancada de 7 mulheres numa de 8. Vocês usarão a gravata para lembrar que todo dia é dia de lutar pela mulher. E homem que é homem pode, sim, usar gravata rosa choque! Aliás, precisamos eliminar as questões de gênero que definem que rosa é cor de mulher e carrinho é coisa de homem. Enfim, a luta pelas mulheres é uma luta de homens e mulheres! A luta pelas mulheres é todo dia! A luta pelas mulheres é também os homens apresentarem projetos que facilitem a vida das mulheres.

Quero igualmente saudar a Secretaria de Políticas para as Mulheres, que lança editais que vão estimular a produção cultural de movimentos sociais. Está lá esse edital, um deles. Também saúdo pelo prêmio recebido a Ronda Maria da Penha, uma iniciativa do governo, que o recebeu do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Esperamos que possamos ampliar a RMP para os vários municípios da Bahia, bem como contamos com a aprovação dum projeto de nossa iniciativa - da Comissão da Mulher enquanto a presidíamos - para a criação do Fundo Estadual de Combate à Violência Contra a Mulher, deputado Hildécio, que, aliás, vejam, já está de gravata rosa! E amanhã, dia 08, temos a caminhada no Campo Grande. Nós estamos convidando os homens também a ir.

É importante aprovarmos este Fundo Estadual de Combate à Violência Contra a Mulher. Vamos iniciar o nosso lobby do batom para que o nosso governador possibilite investimentos maiores no combate a esse tipo de violência, visando ampliar igualmente as ações nas áreas de educação, prevenção e segurança. Mas, sobretudo, também na área de inclusão da mulher através do trabalho.

Então, amanhã estamos convidando, deputada Mirela, os deputados estaduais - todos desta Casa, os 55 - a adquirirem uma gravata rosa e dizerem: “Essa luta também é nossa”, porque ela não pode ser só elas por elas. Tem que ser elas por elas e eles por elas.

Obrigada pela sua tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra, em permuta, uma parlamentar que anda destruindo corações na Bancada da Oposição, a deputada Luiza Maia!

Quero registrar a visita dos estudantes do Colégio Estadual Dona Jenny Gomes, do bairro de Itapuã. Sejam todos bem-vindos à Casa de vocês!

Ela não zanga comigo! Tem a palavra V.Ex^a.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Não zango? Você não vai me desestruturar! (Risos) Quero o mesmo tempo que deixou para os homens.

Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, senhores estudantes, sejam bem-vindos. É tão bonito a gente ver essas Galerias repletas de jovens, porque no nosso dia a dia este Plenário é muito vazio, muito frio e muito distante da nossa sociedade!

Venho fazer aqui primeiro um registro de repúdio. E, segundo, colocar rapidamente a minha avaliação sobre a maior festa, o nosso Carnaval, como se diz. Sou carnavalesca, mas todos sabem que o Carnaval, assim como o futebol, às vezes é utilizado por quem está no poder pra amortecer um pouco os ânimos da população, acalmá-la quando as tensões estão muito fortes. Acho que os golpistas de Brasília, enquanto o nosso povo estava aí nas ruas “descendo até embaixo”, estavam lá tramando contra ele.

Não podemos aceitar esta reforma da Previdência. Volto a dizer que amanhã, 08 de março, é o Dia Internacional da Mulher, que foi transformado num Março Mulher. Então, temos agora o mês inteiro pra refletir, pensar, comemorar e fazer o enfrentamento da luta das mulheres no nosso dia a dia. Diante do que está acontecendo lá na capital federal em relação às mulheres, principalmente nessa questão da reforma previdenciária, não podemos nos calar. Portanto, nesta quarta-feira, a partir das 14 horas, estaremos concentradas no Campo Grande pra fazer a nossa manifestação levando as nossas bandeiras de luta pela igualdade e pelo respeito à mulher. E essa reforma precisa estar na nossa pauta.

Quero fazer um apelo a esta Casa para que nos ajude neste debate. Não é justo o que os golpistas brasileiros querem fazer com as mulheres. Na reforma da Previdência quem mais perde são elas, somos nós. Especialmente a mulher ruralista, que vai passar a 65 anos também pra ser aposentada, as mulheres domésticas e as professoras. Estas com 25 anos também tinham condições de se aposentar. Nós não podemos aceitar essas mudanças, como já disse a deputada Fabíola Mansur. E falou também nos debates que nós trabalhamos mais, mas ganhamos menos, e não podemos aceitar o que está sendo tramado lá no Distrito Federal contra as mulheres.

O governo do presidente golpista nesse Carnaval inclusive virou piada e chacota não só nas redes sociais, como igualmente nas ruas. O maior bloco que teve nessa festa carnavalesca, não só aqui na Bahia, foi o Fora Temer. E a principal

música, “Machistas, golpistas, fascistas e racistas não passarão!” Esse foi o lema do nosso Carnaval! Quero daqui parabenizar o nosso povo, o povo baiano, que está compreendendo o momento de dificuldade que estamos vivendo.

Mas quero também, Sr. Presidente, registrar que o cantor-vereador não tem direito de fazer o que ele fez nesse Carnaval. Aquilo é uma afronta, um desrespeito às mulheres! Colocar em cima do trio dele 2 estupradores comprovados, julgados, condenados na primeira instância. É o pessoal da Banda New Hit, que foi substituída pela Banda La Furia. Colocou-os no seu trio, além de outras provocações e dos desrespeitos que andou fazendo com a sua Casa, melhor, com o Poder Legislativo municipal, a sua atuação, durante o Carnaval, foi uma afronta às mulheres e foi uma provocação botar dois artistas – não sei nem se aquilo são artistas porque eles são estupradores, criminosos comprovados e condenados –, em cima do seu trio como se nada estivesse acontecendo.

Quero pedir à Bancada da Oposição, possuidora da relação com o prefeito de Salvador, a exigência do cumprimento da Lei Antibaixaria. Vejam, nós fizemos debates e uma intensa campanha para esta lei ser aprovada. Ressalto que houve a participação e a aceitação muito grande por parte da sociedade para a aprovação da referida lei. Neste ano, o lema foi Meu Carnaval é Antibaixaria. E quando chega na hora do Carnaval, nós vimos o que aconteceu nas praças e nas avenidas.

Estamos no aguardo do relatório a ser emitido tanto do observatório da Lei Antibaixaria e do Observatório Lei Maria da Penha quanto da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Nós cobraremos e exigiremos que a Lei Antibaixaria seja cumprida. A pena é o corte de 50% no cachê do artista e o corte de 10% para quem o contratou. A Lei Antibaixaria é, também, municipal e foi aprovada na nossa capital.

Nós não podemos aceitar esse absurdo.

Quero dizer também que, amanhã, no período matutino, a Escola do Legislativo e a Comissão Direitos da Mulher estarão reunidas – não ficou no convite, mas o presidente prometeu fazer a recepção às mulheres – para servir um café da manhã às servidoras desta Casa. Isso serve como demonstração também de que a Mesa Diretora desta Casa compreende a importância e o papel das mulheres. Quero convidar quem quiser participar.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputada.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Como disseram outros deputados aqui, a luta das mulheres não é uma luta só nossa, pois esta luta precisa, também, das presenças e das participações dos homens.

Como proposta das queridas deputadas Mirela e Fabíola, estamos vendendo a gravatinha cor-de-rosa choque para os homens compreenderem que eles, também, são parte desta luta pelo fim da violência contra as mulheres e pelo resgate da cidadania plena das mulheres.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concedo a palavra ao nobre deputado Alan Sanches.

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem do deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, eu sou o sexto orador. Qual é a ordem aí?

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Agora, está no quinto orador e é o deputado Alan Sanches; após, V.Ex^a e, depois, Targino Machado que permutou com Luiza Maia, posteriormente, Luciano Ribeiro, Fabrício Falcão, Ivana Bastos e Alex da Piatã.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, deputados e deputadas, demais cidadãos que nos acompanham através da *TV Assembleia*, fui, hoje pela manhã, surpreendido na Comissão de Saúde e Saneamento quando tínhamos uma audiência. Tivemos uma audiência pública para tratar de um tema que já começa a afligir o nosso Estado: a febre amarela. Há um caso denunciado, anunciado e confirmado em Alagoinhas que dista 170 quilômetros de Salvador. Não tenho dúvida de que a doença chegará a Salvador.

Qual foi a minha surpresa? Há 20 dias, mais ou menos, instalamos a nossa Comissão de Saúde e Saneamento e, para ela, eu fui eleito vice-presidente. Em meu entendimento, à época, foi dito que o secretário estaria presente a essa audiência até para apresentar os planos de ação e de trabalho do Estado através da sua secretaria.

Qual foi minha surpresa? Não. O secretário não se fez presente à audiência.

Desta tribuna, eu disse que aproveitaria a ocasião para trazer os meus questionamentos, pois o mesmo secretário não responde às minhas demandas há um ano e meio. Em audiência, eu poderia apresentar os meus questionamentos. Assim, ele não poderia informar que nunca recebeu o ofício, como já o fez. Eu iria apresentar esses ofícios e esses questionamentos a ele, já que tenho dificuldades no retorno das informações da Secretaria da Saúde.

Para minha surpresa, como o secretário da Saúde não se fez presente, cumprimentei as diretoras, melhor, as minhas colegas doutoras presentes. Agradei a oportunidade de estar com elas. Mas tive de pedir desculpas e saí do recinto, porque não concordei com a falta de consideração e com a falta de respeito para com este Poder Legislativo quando a Comissão de Saúde e Saneamento convida o secretário e ele se faz representar pelas diretoras que, com certeza, têm, até, muito mais conhecimento nessa área do que ele.

Mas, naquele momento, nós não queríamos saber sobre a febre amarela em si. Eu, inclusive, como médico, tenho esse conhecimento. Mas nós queríamos saber sobre as ações da gestão, as ações de governo contra a doença, pois este surto de febre amarela está em nosso Estado. Mais uma vez, o secretário não respeita e não considera este Poder Legislativo. Sempre subo a esta tribuna e trago a minha opinião, como agora, por exemplo. Acho uma falta de consideração e uma falta de respeito do secretário para com esta Casa. Se ele não pudesse vir naquele dia marcado, ele

reprogramasse sua agenda para vir depois. Aqui, há a Comissão de Finanças e Orçamento e, para ela, o secretário, sempre, se faz presente a cada quatro meses.

Por isso, há um projeto, apresentado por mim, desde o início do meu mandato. O teor do PL é para termos conhecimento dos assuntos das pastas e das ações de governo de cada secretaria e que, ao menos, uma vez no ano, todos os secretários venham a esta Casa para apresentá-las aos deputados. Isso pode ocorrer em suas comissões pertinentes, mas que viessem.

Parece que esta Casa morde e os secretários têm medo dela. Os secretários não querem prestar os esclarecimentos e não querem trazer as informações necessárias. Então, através desse projeto, poderíamos, sim, ter a confirmação de que todos os secretários, independente da sua pasta, pudessem trazer esses esclarecimentos.

Quero aproveitar este meu tempo, aqui, também, para falar um pouquinho de uma terra muito querida além de Salvador: Santo Antônio de Jesus. Tivemos a notícia, em rede nacional, posso dizer, sobre o vaqueiro de ouro no valor de R\$ 25 mil para pegar o boi quando estiver na rua. Isso porque Santo Antônio de Jesus não é lugar que tenha animais soltos o tempo todo mas ocorre uma vez na vida: R\$ 25 mil por seis meses.

Ontem, quis-se colar, na Câmara de Vereadores, a votação da majoração da taxa da CIP – Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública. Isso é um absurdo e é uma falta de sensibilidade do prefeito daquela cidade de Santo Antônio de Jesus! Quando ele faz isso, ele penaliza todos. Mas, ao contrário, diz-se: “Ah, não haverá aumento. A gente está, apenas, equalizando as coisas.”

Não! Mentira! Haverá aumento e tal aumento penalizará as pessoas. Em Santo Antônio de Jesus, haverá o aumento dessa taxa, sim. Não é possível, em momento de crise econômica pela qual passamos – Santo Antônio de Jesus não é diferente – ele quer aumentar essa CIP.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre líder do coração destruído, o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente e deputado Sandro de Oliveira Régis, V.Ex^a está em alto-astral. Que bom, né? Este meu coração está batendo firme e forte.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, elenquei dois assuntos para abordar em minha fala inicial, mas acabei mudando o texto diante do discurso do deputado Eduardo Salles ouvido por mim neste plenário. Consoante o deputado Adolfo Menezes, trataram de um tema que castiga e preocupa a todos nós: a seca no Estado da Bahia. Não é a primeira vez que isso ocorre. Claro, já temos conhecimento disso. E a história nos mostra que isso é uma situação recorrente. Há de se perguntar por que não se resolve este problema.

Imaginem, senhores e senhoras, que a música Asa Branca de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira completou 70 anos no início de março. Luiz Gonzaga, lá atrás, já cantava:

“Quando olhei a terra ardendo
Qual fogueira de São João
Eu perguntei a Deus do céu, ai
Por que tamanha judiação
Que braseiro, que fornalha
Nem um pé de plantação
Por falta d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão.”
Vejam, isso foi escrito há 70 anos.
A situação não mudou nada.

De lá para cá, nós tivemos governos: militares, democráticos, populares, impopulares. E nada foi feito para se combater a seca. Nós aprendemos a conviver, lamentavelmente, com a indústria da seca, com a indústria do carro-pipa. A gente bem sabe que quando chega a água no sertão, nesse período, quando o político leva a água ele é endeusado, é carregado nos braços do povo de agradecimento por uma coisa que é direito do cidadão e da cidadã.

Andei, no último final de semana, em cidades como Antônio Cardoso e Serra Preta, na região de Feira de Santana. A vegetação rasteira acabou, resiste a Jurema e o Juá. O gado está morrendo de sede, tombando junto às cercas na busca de encontrar água. Os tanques estão secos e o desespero é total.

Ouvimos falar – não tenho conhecimento de cátedra – que há outros países no mundo com regiões muito mais áridas, mais secas em que se resolveu o problema. O que falta, de fato, a nós, brasileiros, e, de um modo geral, aos nossos governos... Por que não há um meio de enfrentamento da seca? O que nos falta? Boa vontade? Nos falta iniciativa? Nos falta tecnologia? Isso não nos dói, não nos incomoda? Não incomoda àqueles que governam? Será que isso não dá voto? Por que não se combate esse fenômeno, o fenômeno da seca?

É terrível, senhores e senhoras! Quem viaja muito pelo sertão vê uma paisagem comum: o gado estirado na beira da estrada, os urubus rodeando esses animais. Quem tem amor a sua propriedade, aos seus animais, incomoda e dói no coração. Os animais sofrem demais, independente de ser pecuarista ou fazendeiro.

O que tem feito o governo Rui Costa? O que tem feito o governo do PT para esse enfrentamento? Não seria leviano, não seria irresponsável de subir a esta tribuna para dizer que esse fenômeno natural é culpa desse governo. Até porque tantos outros já passaram, mas o problema não foi solucionado. O nosso questionamento é o que tem feito o governo para o enfrentamento. Ficar de braços cruzados vendo os irmãos sertanejos morrerem, vendo os animais tombarem, é isso que não aceitamos! É isso

que estamos querendo saber do governo do Estado: qual o mecanismo que tem feito para esse enfrentamento?

Esse problema continuará, porque não sinto, nem nunca senti nenhuma boa vontade de nenhum dos governos, independente de partido A, B ou C. O que não pode continuar é como está. Esse é um problema recorrente, e nós ficamos de braços cruzados a ver tanto sofrimento e tanta crueldade com o fenômeno da seca.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Targino Machado pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a Luiza Maia:- Olhe lá você, deputado!

O Sr. **TARGINO MACHADO**:- Deputado Sandro Régis, V.Ex^a provoca, mas está sobrando para mim!

Corrija meu tempo, Excelência, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Por favor, observem o tempo do deputado Targino Machado.

O Sr. **TARGINO MACHADO**:- O pessoal do som está com algum problema com esse deputado?

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pode falar, deputado.

O Sr. **TARGINO MACHADO**:- Sr. Presidente, Sr^{as}. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, Srs. das Galerias, Srs. Funcionários, senhores e senhoras que nos assistem através da *TV Assembleia*, por mais que eu me preocupe com os rebanhos que estão sofrendo, eu me preocupo mais é com os sertanejos das faces carcomidas pelo sol e pelo sofrimento. Eles não sofrendo somente pela crise hídrica, pela pior estiagem dos últimos 30 anos, estão sofrendo também prejuízos tendo que alimentar os nossos rebanhos lá nos municípios de São Gonçalo, Baixa Grande e Macajuba.

Mas não posso negar que a minha preocupação não é com o meu rebanho. A maior preocupação é com os baianos que estão sofrendo com as desassistências das segurança pública, educação e, notadamente, saúde. Quem se preocupa com a seca e com as intempéries do tempo precisa se preocupar com o centro cirúrgico do Hospital Geral Ernesto Simões Filho que está fechado.

Eu já apus a minha assinatura. Talvez, tenha sido eu o segundo ou o terceiro deputado a fazê-lo. E a Oposição, hoje, tem número, pois há 21 deputados na bancada. Quanto à imprensa, que ela fique atenta, porque a CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito – é um instrumento para a proteção das oposições que precisam investigar os atos do governo. De tão importante a CPI, a Constituição do Estado da Bahia requer o quórum de um terço da Casa Legislativa para a coleta das assinaturas de qualquer requerimento. Hoje, temos um terço da Casa Legislativa.

Temos 21 deputados. Nós, hoje, podemos, depois de tanto tempo, deputado Adolfo Menezes, pugnar e propor uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, deputado Alan Sanches, tire da gaveta este requerimento de V.Ex^a e o protocolize na Mesa Diretora desta Casa. Ou V.Ex^a faz isso ou me entrega de volta a minha assinatura. Não é certo V.Ex^a permanecer com o documento há 15 dias, tomar como das primeiras assinaturas a minha e, até hoje, estar silente. V.Ex^a está silente. Está faltando o quê, deputado Alan Sanches?

Deputado Sandro Régis e presidente desta sessão, quero dizer a V.Ex^a, como um dos mais antigos presentes aqui agora, que eu já vi, nesta Casa, tantas coisas. Vi inclusive um Líder da Oposição nesta Casa, vindo do Oeste, pertencente ao PMDB, o deputado Paulo Dapé que, sem cerimônia, algumas vezes, chegou a esta tribuna e disse que ele era a favor da oposição de resultado.

E eu não entendia que diacho era a oposição de resultado!

Um dia, eu e Paulo Jackson o chamamos no gabinete e perguntamos a ele o que era uma oposição de resultado. Ele disse: “A gente tem que apertar o governo para tirar uma vantagemzinha lá na frente.”

Eu não estou aqui para tirar vantagem. Não estou. Sou oposição porque sou oposição, porque fui eleito para ficar na Oposição. Eu serei governo no dia em que o candidato a governador, que eu votar, chegar ao governo. Fora isso, eu quero distância, porque, senão, estarei ficando de costas para aqueles que me elegeram. Ou é governo ou é oposição.

Sr. Presidente, tenho certeza de que V.Ex^a entende como eu: ou é governo ou é oposição. Eu não sou muralista.

O Sr. Alan Sanches:- Presidente, depois da fala do deputado Luciano, gostaria de fazer uma questão de ordem, pois eu fui citado e quero fazer um esclarecimento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concedo a palavra ao deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, quero usar o restante deste tempo para concluir o tema abordado no horário do Pequeno Expediente. Relato fatos vividos durante o final de semana ao percorrer esta Bahia. Estive no município de Tanque Novo e, ao chegar, lamentei pelas estradas que, por lá, estão abandonadas. Tanque Novo é um município completamente ilhado por falta de atenção do governo do Estado.

Mas lá, ainda mais estarrecido fiquei ao ver que o prefeito que assumiu, que é professor filiado ao PCdoB e busca, nas suas próprias palavras perante a Câmara, resolver numa listagem, solucionar os problemas daqueles que votaram com ele... E, pasmem, ele, para justificar a pretensão de anular o concurso público que fez, baixou o decreto, criou a comissão delimitando as questões que iriam ser tratadas nessa comissão... porém, se viu traído pelas palavras, no auditório da Câmara de Vereadores, ao dizer que precisava criar alternativas para empregar os seus, aqueles

que votaram com ele. E criou-se, pasmem todos, uma listagem das prioridades na sua fala literal.

Ficariam, em primeiro lugar, aqueles que votaram com ele, cuja mulher e a família votaram. Em segundo lugar, aqueles que votaram com ele, mas cuja mulher votou e a família não votou. Em terceiro lugar, aqueles que votaram com ele, mas cuja mulher e a família não votaram.

Estamos nos tempos atuais a assistir tanta atrocidade daqueles que assumem o poder em nome do povo e para o povo, mas busca miseravelmente condenar aqueles que têm o direito de votar em quem quer.

Por isso, esperamos que o prefeito de Tanque Novo reveja a sua posição, não cometa a atrocidade de anular o concurso para atender os seus, os que votaram com ele, porque, se assim acontecer, certamente a justiça irá prevalecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Grande Expediente.

Com a palavra, por 25 minutos, o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não, deputado. Questão de ordem do deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Como fui citado, agradeço a tolerância, a benevolência, só para esclarecimento...

PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado, por favor, leia o artigo do Regimento.

O Sr. Alan Sanches:- É o artigo em que fui citado no Plenário, o artigo 51. Deputado Sandro Régis, nós temos 21 deputados na Base da Oposição, já conseguimos nesta Casa de 63 deputados 19 assinaturas para a CPI do Ernesto Simões...

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente...

O Sr. Alan Sanches:- (...) Eu estou com a palavra. Respondendo...

O Sr. Joseildo Ramos:- Mas no artigo 51?

O Sr. Alan Sanches:- (...) Artigo 56 a 61. Vamos voltar, pois eu fico perdendo o raciocínio com V.Ex^a, deputado Joseildo.

Deputado Joseildo deveria fazer parte da Mesa, Sr. Presidente!

Na verdade, já temos 19 assinaturas, faltam 2. Eu poderei, Deputado Targino... Primeiro, quero lhe agradecer pelo apoio incondicional na Oposição, mas só poderei dar entrada quando completar essas 2 assinaturas. Estou correndo atrás realmente dos

deputados, hoje consegui mais 2, do deputado Adolfo Viana e do deputado David Rios, já temos 19, só faltam 2 para que ele possa esclarecer essa tamanha negligência que fez com o Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pela ordem, o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Na realidade, não tem a ver com a questão do companheiro Alan Sanches. Eu quero falar porque fui citado. O artigo 56 a 61 trata da questão relacionada à criação das comissões de inquérito. Então a gente precisa, de uma vez por todas, verificar como vai tratar esta matéria. Nada com relação a estas questões porque, senão, todo mundo vai mais uma vez voltar a esta situação.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- O.K., deputado. Com a palavra o deputado Hildécio Meireles no Grande Expediente, por 25 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, só para colocar uma coisa: eu não vi o deputado Joseildo Ramos citar o artigo. V. Ex^a solicitou do deputado Alan Sanches a citação do artigo.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Ele citou. É o mesmo artigo citado pelo deputado Alan Sanches.

O Sr. Adolfo Viana:- Qual foi o artigo?

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- 56 a 61.

O Sr. Adolfo Viana:- Não, não, não.

(Oradores falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Eu tenho que contraditar o contraditório. Leia o Regimento que o Senhor vai ver isso. Por favor, deputado Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Sr^{as} e Srs. aqui presentes, Srs. e Sr^{as} Estudantes que ocupam as nossas Galerias, pessoal da imprensa, telespectadores da *TV Assembleia*.

Eu venho, Sr. Presidente, usar deste Grande Expediente para trazer ao Plenário um assunto que eu reputo como uma denúncia das mais graves que já podemos receber nesses 2 anos de Governo Rui Costa. Eu diria, Presidente, Srs. Deputados, que é tão grave ou até mais grave do que aqueles procedimentos irregulares que impediram a ex-presidente Dilma Rousseff de continuar governando este País.

Eu vi aqui, por exemplo, o deputado Targino Machado falar em CPI. Talvez, deputado Targino, este assunto que trago aqui hoje seja o que tenha maior fundamentação para se pensar em instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito de procedimentos irregulares, do ponto de vista financeiro e orçamentário, que vêm sendo adotados por este governo. Eu me arrisco a dizer, deputado Fábio Souto, que, se a Bancada de Oposição não tomar uma posição firme em relação a este assunto, certamente estará se omitindo. E se este Plenário, se todos os deputados que compõem esta Casa não tomarem nenhuma iniciativa para se aprofundar em uma investigação sobre o que está acontecendo, nós poderemos ser condenados como prevaricadores.

O que eu trago aqui é algo de grave, é algo de sério. Aliás, deputado Pedro, no ano passado eu já trouxe a esta tribuna este tema das tais despesas de exercícios anteriores. O governo do Estado tem, repetidamente, usado deste expediente que não é um expediente legal do ponto de vista financeiro e orçamentário, meu caro deputado Adolfo Viana.

Eu não quero aqui fazer nenhum pronunciamento professoral, pois todos aqui têm bastante conhecimento e discernimento para entender esta matéria. Sei que não é uma matéria das mais corriqueiras, embora não se tenha nenhuma dificuldade com isso, e, por isso mesmo, eu queria fazer aqui algumas observações do que é que a gente quer falar.

Todos nós sabemos que a máquina pública funciona com base em uma lei orçamentária, que é, pelo Parlamento, votada e autorizada, uma lei que faz com que se execute um orçamento e, em paralelo, se faça uma execução financeira dos recursos e das receitas públicas. Portanto, nada é inventado! Aliás, deputado Targino, provavelmente com muita inteligência os técnicos da Receita Federal, os legisladores criaram estas normas e procedimentos pelas quais o Poder Executivo – seja a União, Estados, Municípios e Distrito Federal – tem que estar atento e cumprir fielmente estas regras. São regras de um orçamento, do sistema financeiro público de um país, que é regido pela Lei 4.320, de 17 de março de 1964. Esta lei estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos municípios e do Distrito Federal.”

Em seu art. 1º, diz o seguinte: “Esta lei” – repetindo – “estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no art. 5º, inciso XXV, letra b, da Constituição Federal.”

É exatamente a lei orçamentária. E essa lei orçamentária define cada passo, cada iniciativa que o Poder Executivo e seus diversos níveis têm que adotar. Não pode ser de outra forma. O governo, seja ele municipal, estadual ou federal, não pode ter nenhuma iniciativa que envolva orçamento e finanças sem observar as normas que regem essa matéria.

E o legislador, o deputado Luciano Ribeiro, que é um professor na matéria de direito, foi muito cuidadoso. Ele procurou prever todas as possibilidades de movimentação orçamentária e financeira exatamente para dar cobertura ao responsável por essa execução que é o gestor público, todas as iniciativas.

Então, para você comprar uma caneta no serviço público, você tem que observar as leis que regem o orçamento e que regem as finanças públicas. E, pensando nisso tudo, o legislador imaginou que ao chegar ao final do ano, o gestor poderia deixar de pagar algum compromisso obtido no decorrer daquele exercício. E, para isso, o legislador criou a figura dos restos a pagar.

Então, chegou o final do ano, o gestor, por algum motivo superveniente, não deu para executar o pagamento, embora aquela despesa tenha sido legalmente lícita, contratada, empenhada, executada, muitas vezes liquidada ou não, mas que

está ali todo pronto o processo, foi executado o serviço, inclusive com o recurso no caixa, como lembra aqui o deputado Targino Machado.

E esse dinheiro no caixa, deputado Targino, é exatamente para que não se comprometa o orçamento do exercício seguinte. Aquele pagamento que será feito em 2017, relativo a 2016, se ele está devidamente processado, liquidado, com recurso no caixa, ele não vai prejudicar o orçamento deste ano.

O legislador pensou ainda mais: e se por acaso o gestor esquecer de alguma ação que foi adotada pela administração dele, por algum motivo qualquer, por esquecimento ou por falta de complementação daquele serviço deixou de ser registrado. Muitas vezes até nem contratado foi. O que é pior até, muitas vezes nem licitado foi. Mas certamente tem lá a rubrica no orçamento, tem lá um crédito para que se se fizesse aquele gasto da forma correta o orçamento cobrir. Então é a chamada despesas de exercícios anteriores.

Portanto, essa despesa de exercício anterior é uma exceção à regra; completamente exceção à regra. Por isso que, ao longo do tempo, o valor de restos a pagar no seu balanço é sempre muito maior do que o valor de despesas de exercícios anteriores, que é uma regra de exceção.

Tanto, sim, que o legislador conclui, em seu comentário, da seguinte forma, deputado Luciano: (Lê) “É procedimento excepcional decorrente de uma situação de fato que infringe a legislação e gera para o administrador público, a possibilidade de responsabilização nas esferas administrativa, civil e penal, dentre outras, e deve o reconhecimento da dívida ser precedido de processo administrativo”, para inclusive, se for o caso, se penalizar os responsáveis.

Portanto, estamos tratando de algo que é uma eventualidade. Não pode ser uma coisa corriqueira. Não é um ato de rotina na execução de um orçamento ou na execução financeira do Poder Executivo.

Ora, vou trazer aqui para V.Ex^{as} de que forma este governo tem tratado seu orçamento, de que forma este governo tem tratado a Lei Orçamentária, infringindo essa lei frontalmente. Aliás, o que me parece uma coisa constante nesse governo: ele gosta de desobedecer a lei.

Eu queria colocar aqui para V.Ex^{as} um pequeno histórico a partir de 2004.

Em 2004, o DEA que fora pago naquele ano correspondeu a mais ou menos 1/3 do valor de Restos a Pagar. Ou seja, 209 milhões do DEA e 620 milhões, praticamente 3 vezes mais, de Restos a Pagar.

Em 2005, 350 milhões do DEA contra 740 milhões de Restos a Pagar;

Em 2006, 366 milhões de DEA – aí houve uma pequena inversão –, 296 milhões de Restos a Pagar.

De 2007 a 2013 essa relação se manteve constante: os Restos a Pagar sempre duas ou três vezes maior do que as Despesas de Exercícios Anteriores.

Quando chegamos em 2014, já há uma inversão, quando o DEA foi para 974 milhões e os Restos a Pagar apenas 714 milhões. Ou seja: mais do que o dobro. O governo contabilizou em 2015 714 milhões, que vieram de Restos a Pagar de 2014.

No entanto, o governo pagou durante 2015, 1 bilhão e 682 milhões de Despesas de Exercícios Anteriores.

E naquela época, fiz aqui essa observação. Como fiz ainda no decorrer de 2016.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado, V.Exª pode repetir esse último número, por favor?

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Em 2015, o governo pagou 1 bilhão e 682 milhões de Despesas de Exercícios Anteriores. Ou seja, daquilo que seria uma eventualidade, daquilo que não é um procedimento corriqueiro. Enquanto o que é o procedimento corriqueiro, que são os Restos a Pagar, o governo tinha contabilizado apenas 714 milhões.

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. Pablo Barrozo:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Pois não, deputado Pablo. Quero apenas concluir esses dados e o deputado Luciano já tinha pedido.

Em 2016, o governo pagou 1 bilhão e 879 milhões de Despesas de Exercícios Anteriores e teve registrado na sua contabilidade apenas 534 milhões de reais.

Mas quero inclusive aqui fazer uma observação, deputado Adolfo, que em 2016 – prestem bem atenção – o governo pagou 1 bilhão e 879 milhões de DEA, mas não pagou todo o Restos a Pagar, que era de apenas 534 milhões, que estava devidamente licitado, contratado, empenhado, contabilizado, liquidado e ele não pagou todo! O que não estava, o que estava irregular ele pagou tudo. Isso é algo que me chama a atenção.

Eu queria dar um aparte ao deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Fábio Souto:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Pois não. Falará o deputado Luciano Ribeiro, e depois os deputados Pablo Barrozo, Adolfo Viana e Fábio Souto.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Deputado Hildécio Meireles, eu não poderia deixar de fazer um aparte, primeiro, para parabenizar V.Exª pela explanação brilhante e didática que faz nesta tarde. E porque não dizer, uma explanação que atende ao espírito de cidadania de todos os baianos. A respeito dos dados que V.Exª disse e demonstra a sua gravidade, quero apenas ressaltar a gravidade daqueles que se fazem de um mandato para o outro, que é o caso de 2014.

Eu entendo, inclusive, – esse é o raciocínio da Lei de Responsabilidade Fiscal – que ainda que os débitos sejam transferidos de uma administração para outra, eles devem atender à questão da fonte de recursos. O que vimos, em 2015, foi que se juntou todos os recursos, inclusive de convênios, para justificar restos a pagar que ficaram de 2014, o que não é permitido. Isso é um crime! Se você pega todos os recursos e não é por fonte... se você deixa um débito em Educação, você tem de ser aquela fonte de recurso, o dinheiro que está na conta. O governo, se nós olharmos bem a contabilidade de 2014, fez um fundo só, um valor único para justificar todos os débitos deixados em cada fundo.

Quero ainda, só para ressaltar, fiz até um pronunciamento na tribuna, em 2015, sobre isso, que naquela época o atual secretário da Saúde fez uma explanação. Ao se queixar das dificuldades da pasta, ele deu uma entrevista no jornal, um grande jornal de circulação no Estado, dizendo, vejam o absurdo, que o governo, que a administração passada havia deixado um débito e que foi preciso pagar cerca de 50% daquele débito com recursos de 2015. Ou seja, ele confessou que o governo passado não deixou recursos para pagar, o que fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, o que é improbidade administrativa e que justifica muito bem o que V.Ex^a está pretendendo: a instalação da CPI.

Parabéns a V.Ex^a. Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Obrigado, deputado Luciano Ribeiro.

Com a palavra o deputado Pablo Barrozo. Depois concederei ao deputado Adolfo Viana.

O Sr. Pablo Barrozo:- Deputado Hildécio Meireles, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e corroborar com essas afirmativas em que V.Ex^a se utiliza de dados oficiais. Não é um discurso por si só de um deputado de Oposição, são dados que se você for pesquisar no sistema Fiplan você os terá minuciosamente. Isso, vulgarmente, se traduz na famosa pedalada fiscal, na falta de respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, em que o governo já vem, há alguns anos, e cada dia fica pior.

Sendo que, nesses dados oficiais, o que mais me chama a atenção e me assusta, quando pesquisei, quando fui estudar esses dados, é que, nesses últimos 2 anos do governo Rui Costa, o governo investiu R\$ 2 bilhões em novos investimentos. O governo Rui Costa gastou R\$ 2 bilhões em novos investimentos e pagou em DEA, Despesas de Exercícios Anteriores, R\$ 3 bilhões. Ou seja, o governador Rui Costa gastou mais com o pagamento de débitos anteriores ao governo dele do que com novos investimentos. Daí tiramos uma conclusão: além de ser um governo que, realmente, não trabalha, infelizmente tenta enganar a população vivendo de propaganda.

Se faz propaganda... nós chegamos ao absurdo de ver uma propaganda, no horário nobre do Fantástico, falando do Hospital do Subúrbio como se o atual governador o tivesse feito e inaugurado, gastando o dinheiro público de forma, inclusive, equivocada, enganando o povo. Isso é a tradução da realidade, mas os números não mentem e esses números oficiais demonstram isso.

Deputado, queria lhe parabenizar pela explanação. V.Ex^a é um colega que sempre traz esses dados para a Bancada, ilustrando de forma bastante didática e mostrando aos colegas aqui, a esta Casa a necessidade que a gente tem de alertar, fiscalizar e de cobrar do governo que seja mais rígido e responsável com o dinheiro público, com o dinheiro do povo.

Agradeço a possibilidade do aparte ao deputado e o parabenizo por esse discurso.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Um aparte ao deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Hildécio, queria pegar uma carona nas palavras do deputado Luciano Ribeiro e parabenizar V.Ex^a pela bela explanação que faz na tarde de hoje.

Ficou claro, até para aqueles que não são especialistas em orçamento, que é o meu caso, diferente de V.Ex^a, que tem aí uma longa caminhada nessa área, ficou claro que o governo fez uma inversão do que deveria ser feito, usando as despesas de exercícios anteriores de maneira muito alta.

Então, acho que quando V.Ex^a provoca esta Casa para fazer uma CPI, é justamente para que tenhamos a condição de investigar de maneira minuciosa e a fundo o que realmente foi praticado por parte deste governo.

Fico aqui na certeza de que desta vez esta CPI vai andar e vamos poder prestar um melhor serviço ao Estado da Bahia, podendo observar cada detalhe, como disse bem o deputado Pablo Barrozo: “vulgarmente falando, dessa pedalada fiscal”. E dará oportunidade ao governo do Estado, ao secretário da fazenda e ao próprio governador do Estado da Bahia de provar que fizeram a coisa certa, até de nos apresentar o nosso possível engano ao pedir que eles esclareçam isso.

É uma oportunidade, acho que esse é o papel do Parlamento, dar oportunidade do governo mostrar que trabalhou de maneira correto, porque, do nosso modo de ver, as coisas foram invertidas e feitas de maneira equivocada.

Então, acho que através da CPI termos condições de saber se nós estamos equivocados ou se realmente o governo cometeu crime de responsabilidade fiscal.

O Sr. Fábio Souto:- Um aparte.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Obrigado, deputado Adolfo, com um aparte o deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- Deputado Hildécio, lhe agradeço, sei que V.Ex^a está debruçado sobre este assunto há algum tempo, é um deputado que antes de colocar qualquer tema de gravidade nesta Casa, estuda muito, se aprofunda bastante e fiquei abismado com tudo que V.Ex^a colocou aqui. São coisas gravíssimas, medidas que eram excepcionais, se tornaram medidas corriqueiras e de um valor jamais visto antes em relação ao DEA neste Estado.

Ouvindo com muita atenção, deputado, V.Ex^a que estudou mais sobre esse tema, pode ser até que no DEA tenham despesas que não foram votadas pela Casa...

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Pela Casa...

O Sr. Fábio Souto:- (...) queria que V.Ex^a esclarecesse, algumas, lógico, desse montante grande, até despesas que não passaram pelo crivo da Assembleia...

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Foram gastos sem ter crédito orçamentário, ou seja, sem ter autorização do Poder Legislativo...

O Sr. Fábio Souto:- (...) É isso que queria saber de V.Ex^a. Então, V.Ex^a está de parabéns. Se eu pudesse dar um conselho ao governo, eu diria: olha, tenha muito cuidado, porque isso não termina bem. É aquela coisa de jogar o problema para debaixo do tapete. Já observamos um caso grave no governo federal, o que aconteceu

com a presidenta Dilma, eu diria que até em menor proporção do que este, que V.Exª está apontando.

Então, V.Exª, mais uma vez demonstra seu critério, seu cuidado e traz aqui à tona nesta Casa um tema que, efetivamente, como foi colocado aqui pelo deputado Adolfo, pelo deputado Pablo, cabe sim a vinda do secretário da fazenda para dar esclarecimentos a esta Casa.

V.Exª está de parabéns, mais uma vez, deputado Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Obrigado, deputado Fábio, quero chamar a atenção, inclusive, do deputado Marcelo Nilo, que hoje é presidente da Comissão de Finanças e Orçamento para que tome conhecimento desta situação.

Eu queria, para concluir, caros deputados, trazer aqui uma informação, o deputado Pablo falou que são R\$ 4 bilhões e meio de despesa de exercícios anteriores, nesses 2 anos e 2 meses.

O que me chamou mais a atenção neste momento, meu caro deputado Fábio Souto, é que se em 2016 o governo pagou R\$ 1 bilhão, 879 milhões de despesas de exercícios anteriores, nesses 2 meses e 10 dias deste ano, o governo já pagou R\$ 941 milhões, em apenas 2 meses e 10 dias. E o que é pior...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Para concluir, Sr. Presidente, no mês de março deputado Marcelo Nilo, quarta pela tarde, quinta o dia todo, sexta o dia todo, o governo pagou R\$ 50 milhões de despesa de exercícios anteriores.

Portanto, é um assunto para nos debruçarmos. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador, nem pelos apreantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Horário da Liderança Partidária. Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo ou da Maioria, ou Líder do bloco parlamentar PP/PSB/PTN para indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Angelo Almeida:- Sr. Presidente, por 6 minutos usará a palavra o deputado Fabrício Falcão. E pelos 6 minutos restantes o deputado Alex da Piatã.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Então, por 6 minutos o deputado Fabrício Falcão e os 6 minutos restantes ao deputado Alex da Piatã.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- Sr. Presidente deputado Sandro Régis, demais deputados, Srªs Deputadas. Há 15 dias atrás realizei, aqui nesta Casa, uma sessão especial, solicitada por diversos conselhos: Conselho de Farmácia, Conselho Federal de Medicina, Conselho de Odontologia, Conselho Regional de Nutrição e diversos cursos da área de saúde, para debater um assunto da maior gravidade possível.

O que é este assunto que debatemos ali naquela sessão? Este governo impostor que aí está, um governo sem voto, sem respaldo popular, um governo que não foi colocado na cadeira pelo povo... O Ministro da Educação aprovou a condição de cursos não presenciais, os chamados cursos EAD, cursos à distância na área de saúde.

Eu tenho uma série de dificuldades com cursos à distância, mas respeito, acho que você fazer curso à distância na área de humanas, na área da sociologia, da filosofia, da geografia, da história, podem ter bons cursos, sim. Não tem porquê. Existem cursos à distância na área de humanas em diversos lugares do mundo, e são cursos com reconhecimento de qualidade. Então, acho que podem haver, sim, cursos à distância na área de humanas. Eu sou da área da filosofia, da geografia e acho que pode ter, sim, curso na área de humanas à distância com qualidade.

Mas, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, você fazer curso à distância na área de saúde é algo muito grave. Minha assessoria pesquisou em todos os países desenvolvidos do mundo. Peguei a lista dos 30 países mais desenvolvidos, e em nenhum país do mundo se faz curso à distância na área de saúde. Por que isso? Os cursos de saúde, eles requerem, além de tudo, práticas laboratoriais.

Como você pode imaginar formar um cirurgião dentista, que tem pelo menos, talvez 70% do curso, em aulas em laboratório. São as chamadas aulas práticas. Como podemos formar um enfermeiro à distância? Como podemos formar um médico à distância? Como podemos formar um farmacêutico à distância? São cursos que requerem estudos de laboratório e prática, não há como serem feitos assim. Ainda agora o Ministério da Educação liberou 4 mil vagas para o curso de Farmácia no Estado da Bahia. É uma verdadeira aberração transformar educação unicamente em negócio para o mercado brasileiro. Não tem como serem formados farmacêuticos a distância. Como ele terá prática de laboratório? Como poderá fazer um exame e preparar um laudo sem ter tido aula prática? Em farmácia, mais da metade do curso é laboratório.

É um absurdo o que o Ministério da Educação tenta fazer com essa mercantilização excessiva do ensino no Brasil. A quem interessa isso? Apenas aos donos de universidades, apenas a donos de faculdades, pelo Brasil afora, que tenham relacionamento com esse governo? Não podemos permitir isso! Fizemos essa audiência, e estou levando esse debate para diversas regiões do Estado da Bahia, inclusive terei uma audiência com o Ministério Público Federal junto aos Conselhos de Odontologia, Farmácia, Nutrição, Enfermagem e Medicina para pedir uma ação urgente que proíba essa aberração com o ensino brasileiro.

Educação é coisa séria! Temos que buscar, além de tudo, não só números, mas a qualidade do ensino. Algum de vocês aqui tem coragem de ir num laboratório, no qual o farmacêutico que assina os exames tenha feito um curso a distância? Algum de vocês tem coragem de ir a um cirurgião dentista que tenha feito um curso à distância? Isso não existe! Isso é um absurdo!

Por isso trago a esta Casa essa denúncia, porque é grave o que está ocorrendo. Foram liberadas agora 4 mil vagas para o curso de Farmácia a distância. Um verdadeiro desrespeito com a educação superior na área da saúde da Bahia e do Brasil.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Alex da Piatã.

O Sr. ALEX da PIATÃ:-Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, servidores, imprensa, todos os que estão nas Galerias e todo o público que nos acompanha pela *TV Assembleia*, uso este pouco tempo para falar da audiência que tivemos hoje na Comissão de Saúde referente à febre amarela.

Diferente do que foi colocado, aqui, por um colega anteriormente, a nossa audiência... Desde já quero agradecer ao secretário Fábio Vilas-Boas, que, apesar de não estar presente, justificou a sua ausência em função de estar numa agenda, inclusive, importante na terra do deputado Joseildo. Ele estava acompanhando, de perto, in loco, o tema que nós discutíamos, na hora, na Comissão: a febre amarela. Ou seja, houve um diagnóstico positivo de um macaco com febre amarela na região de Alagoinhas. O secretário, de pronto, foi constatar in loco e acompanhar as ações da Sesab para que não possamos ter, mais tarde, algum baiano afetado pela febre amarela.

Hoje, pela manhã, a diretora da Divep, Dra. Maria Aparecida, e também a diretora do Lacen, explanaram muito bem na Comissão e deixaram satisfeitos todos os deputados, de situação e oposição, que estavam presentes. Falaram sobre todas as ações que o Estado da Bahia vem fazendo e que o governador Rui Costa vem acompanhando com relatórios semanais, como também o secretário Fábio Vilas Boas. Podemos dizer que ainda que faça fronteira com Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, onde o surto já levou a óbito várias pessoas, a Bahia, graças a Deus, até o momento, não tem um registro de humano com febre amarela. E ali fizemos todos os encaminhamentos.

Deputado Angelo fez parte, que está aqui, deputado José de Arimateia, deputado Alan estava no início, e ali foram distribuídos e mostrados para todos nós os relatórios, as ações que a Secretaria da Saúde do Estado tem feito. Com certeza, essas ações têm surtido muitos bons efeitos para que a Bahia não viva aquele surto da febre amarela, que está em Minas Gerais, principalmente. Inclusive, queremos agradecer de público a dois coordenadores, um coordenador e uma coordenadora que vieram do Extremo Sul e do Oeste, áreas de risco que fazem fronteira com os estados que estão afetados com o surto. Viajaram mais de 900 km para dar explicações das ações dos núcleos de saúde nas suas respectivas regiões, nas suas respectivas regionais, nas suas respectivas áreas.

Então, tenho certeza de que o Estado da Bahia está pronto para fazer esse enfrentamento. Hoje, deixamos alguns encaminhamentos que vamos distribuir entre os deputados. São relatórios dos municípios que estão recebendo a vacina, para que os deputados também possam acompanhar nas suas bases, porque sabemos da importância das vacinas.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, quero entrar em um outro tema que espero poder falar em outra oportunidade, porque o tempo não vai me permitir, mas quero apenas dar uma pincelada inicial. Há pouco, vi uma reportagem mostrando que o PSOL entrou com uma ação no Supremo querendo a legalização ampliada do aborto

até 12 semanas. Ou seja, baseado naquela decisão do Supremo, que foi referente a uma causa somente, está tentando criar uma espécie de jurisprudência para que o aborto seja legalizado. Quero, em outra oportunidade, poder explicar melhor o meu repúdio total a essa ação, principalmente o desrespeito aos parlamentos. O Supremo não pode ficar decidindo sobre questões que são matérias vencidas. Existe lei no Congresso, existe lei no nosso país, existe Constituição e o Supremo não pode passar por cima disso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PPS para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Pablo Barrozo:- Falará o deputado Carlos Geilson por seis minutos e o deputado Fábio Souto por cinco minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de seis minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, estamos há pouco mais de um ano das eleições e, até agora, as regras não estão definidas para o pleito de 2018. Não é a primeira vez que subo a esta tribuna e abordo esse tema, a questão da reforma política. Olha que presidindo essa comissão temos um baiano muito querido, o deputado Lúcio Vieira Lima, e não se fala mais da reforma política. O que é interessante, engraçado, é que a cada pleito logo se discute, necessário se faz uma reforma política. E esse tema toma conta, debates acalorados e, como num passe de mágica, esfria repentinamente. Quando foi formada essa comissão, travou-se um debate nacional, vários temas foram elencados. Aqui o deputado Luciano Ribeiro chegou a propor uma sessão especial para discutir a reforma política. Vai acontecer agora, segunda-feira, é bom que reaquece porque o tema está esquecido.

Hoje, só se fala de reforma da Previdência, mas a reforma política é necessária. Meu caro deputado Joseildo Ramos, não está definido se a reeleição acaba ou não. Sou favorável ao fim da reeleição. Ela continua, o político se elege, vai para o Executivo, no primeiro dia ele já começa a pensar na reeleição. Deixa, meu caro deputado Angelo Almeida, de tomar as medidas necessárias, muitas delas impopulares, benéficas para o Estado, para o município e ele não as toma porque está pensando em surfar numa popularidade com medidas simpáticas à população, mas esquece de governar de fato. Quem governa tem bônus e tem o ônus, porque ele está pensando em simplesmente que daqui a quatro anos será candidato à reeleição. O processo da reeleição é deletério, é ruim para o nosso País, é ruim para a democracia.

Outra questão: o fim das coligações. Quando isso vai acontecer? Eu não tenho dúvida, em 2018, em 2020, 2022, vai acontecer, sim, o fim da reeleição, vai

acontecer, sim, o fim das coligações. E agora para 2018? O jogo já começou. Quem é candidato está se movimentando, mas ainda não conhece de fato as regras desse jogo.

Outra questão também: cláusula de barreira. Temos partidos demais. Hoje em qualquer fundo de quintal se forma um partido, uma sopinha de letras, e muitos deles sem nenhum compromisso com a democracia, partidos que têm donos, que ao acabar a eleição alugam a sigla de acordo a seu bel-prazer, de acordo com o seu interesse, também é um processo nefasto para a nossa democracia.

Voto em lista, voto aberto. O que fazer para combater a corrupção, a compra de votos? Qualquer político que vai buscar uma liderança, ele apresenta logo uma conta, ele apresenta logo o seu pedido. Financiamento público, financiamento privado. Como serão as próximas eleições? O voto vai continuar proporcional? Falou-se muito que o PMDB quando estava surfando numa popularidade com uma Câmara inchada de apoios, o PMDB inchado no Senado Federal, o presidente Michel Temer chegou a defender abertamente o distritão. Tomando por base a Assembleia Legislativa, aqui seriam eleitos os 63 mais votados, deixando de lado hoje o processo da proporcionalidade.

Outra questão que quero aqui levantar, o voto distrital misto vai continuar o processo que está aí? Qual é a nossa preocupação? A eleição está ali pertinho, 2018. A regra do jogo não está definida. Vamos manter campanha de 45 dias? Eu sou favorável à diminuição dos gastos de campanha. Vão ressuscitar os cavaletes e as pinturas de muros, que em boa hora foram excluídos? Como é que nós vamos fazer a campanha em 45 dias? Obviamente, quem está no mandato, quem tem nome conhecido, leva a vantagem. O legislador observa...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Vou concluir. O legislador observa que alguém leva a vantagem nesse processo. A minha preocupação, Sr. Presidente, é que nós estamos há pouco mais de um ano, as eleições serão em 2018, e até agora as regras não estão definidas.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não.

O Sr. Adolfo Viana:- Eu queria uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, por favor, peça que soem as campainhas.

O Sr. Adolfo Viana:- O deputado Fábio Souto tem um pronunciamento interessante para fazer, e os deputados do governo precisam aparecer para ouvi-lo.

O Sr. Joseildo Ramos:- Presidente, foi formulada uma questão de ordem...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V. Ex^a vai manter ou não a questão de ordem?

O Sr. Joseildo Ramos:- Eu quero pedir a V. Ex^a que soe a sirene, convoque os deputados e conte o tempo conforme o Regimento.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Há uma formulação de questão de ordem para a continuidade da sessão. Os deputados que se encontram nos gabinetes e no cafezinho, por favor, compareçam. Contem o tempo de 15 minutos, por favor.

(Verificação de quórum.)

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, pelo tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Regimento e número do artigo, por favor.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Artigo e número do Regimento, por favor.

O Sr. Zé Neto:- Nós temos um...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Artigo e número do Regimento, por favor.

O Sr. Zé Neto:- Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado, artigo e número do Regimento, por favor.

O Sr. Zé Neto:- Traga o Regimento, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Terá todo o tempo do mundo. Ou com V. Ex^a ou com qualquer deputado, artigo e número do Regimento, por favor.

O Sr. Zé Neto:- Artigo 226.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não, deputado, prossiga.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem. Sr. Presidente, eu acho que tem que exigir o Regimento, só peço a V. Ex^a que não crie uma situação corriqueira, onde nem todo mundo...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Não consegue por V. Ex^a... é só organizar...

O Sr. Zé Neto:- Eu só estou pedindo... Estou entendendo o que V. Ex^a quer. Mas isso não representa organização, e sim exagero. Desculpe-me. Mas está tudo bem...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Nos dias em que eu presidir a sessão, os deputados de Oposição ou de Governo, para se dirigir à questão de ordem, comigo Presidente, na frente será o Artigo do Regimento, senão eu não acato...

O Sr. Zé Neto:- Segundo Baiaco: “comigo ou sem migo”.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois é. Então, V.Ex^a deixe de brincadeira e continue com a sua questão de ordem, por favor.

O Sr. Zé Neto:- Todo mundo vai ter que andar, agora, com o Regimento. Art. 226, pedido de pela ordem. Na verdade, quando se pedia pela ordem durante a fala havia um acordo aqui, que se dividia a cada 5 minutos, para que pudéssemos

convocar os deputados para se fazerem presentes aqui, no Plenário, e também haver manifestação por parte de deputado em algum tema, seja qual fosse o tema.

Acho que existe um tema muito palpitante aqui, na Casa, ultimamente, que é a votação de projetos de deputados. Acho que é um tema que tem tomado os corredores da Casa. Quero dizer a V.Ex^a que de nossa parte, da Bancada do Governo e da Liderança, há todo o interesse em fazer com que esse tema avance. Agora, como eu disse há pouco ao deputado Luciano Ribeiro, temos algumas dificuldades de ordem legal que, infelizmente, temos que ultrapassar, e não depende exclusivamente do âmbito estadual.

Há uma medida constitucional, que é federal, que estabelece para o Congresso, tanto para a Câmara Federal, como para o Senado... Inclusive, tem sido tema da própria Unale tentar transpor essa dificuldade. E ao mesmo tempo que estamos incorrendo nessa situação, também incorremos num outro aspecto, que é o de que há um clamor da sociedade para a redução de gastos por parte dos Executivos, dos governos.

Acho que é sempre bem-vista essa opinião da sociedade, mas, ao mesmo tempo, temos que ter o cuidado de saber o limite desse debate.

Não estou aqui defendendo que tenhamos um estado gigantesco, mas também acho que esse estado mínimo, com limites de serviços, pode ser que não atenda aos interesses sociais como se espera.

Então, acho que é sempre um tema rico.

Tenho dito ao deputado Luciano que, inclusive, é representante desse debate jurídico, do ponto de vista mais técnico, da Bancada da Oposição, que devemos ter, sempre, condição de evoluir nesse contexto, sabendo onde vamos aportar os interesses da Casa Legislativa.

Temos feito grandes esforços. Na Comissão de Constituição e Justiça há 43 projetos aptos a serem votados. Outro dia anunciamos o número de projetos que existem na Casa. São mais de 800 projetos, 826 projetos, se não me engano, deputado Tom. Mas claro que devemos ter a consciência de que só haverá projetos aqui, no Plenário, se passarem pela Comissão de Constituição e Justiça.

Hoje, cedo, vi o deputado Fábio Souto levantar um tema importante. Ele colocou a necessidade dos projetos chegarem ordinariamente aqui, ao Plenário. Uma medida tomada pela Presidência da Casa, com o apoio do Colégio de Líderes, diz respeito ao fato de exigir a frequência dos deputados nas comissões, deputado Sandro Régis, e com isso, fomentar o funcionamento das mesmas. Por que isso? Porque não é apenas a Comissão de Constituição e Justiça que é responsável para trazer para o Plenário os projetos da Casa. Ela é a primeira comissão.

A maioria dos projetos deve ser vista por 4 ou 5 comissões para serem aprovadas, ou não. Então, o funcionamento das comissões de forma plena, e que os pareceres sejam dados nas comissões, é um fato extremamente importante para, na periferia do problema, serem resolvidos esses gargalos que têm impedidos os projetos de chegarem aqui ordinariamente.

Quero convocar os deputados que estão na Casa a virem ao Plenário. Nós temos ainda 7 minutos para registrar a frequência. Treze deputados já deram presença. Solicito a V.Ex^{as}, deputadas e deputados, que compareçam ao Plenário da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Zé Neto, só para esclarecer a V.Ex^a. Adotamos aqui, quando estiver na presidência em exercício, essa questão do regimento, o artigo, apenas para não banalizar, como estava acontecendo. Pedia-se questão de ordem até para comunicar que ia ao banheiro. Acho que a questão de ordem tem que ser usada dentro do Regimento.

Questão de ordem, deputado Luciano Ribeiro? Não?

(Procede-se à verificação de quórum para a continuidade da sessão.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Há uma verificação de quórum para a continuidade da sessão. Sr^{as} e Srs Deputados que estão na sala do cafezinho, nos gabinetes, na Biblioteca, por favor, compareçam ao Plenário.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, eu queria que V.Ex^a tornasse sem efeito esta questão de ordem, porque ele não deu frequência. Deu depois, mas agora não tem sentido. Não pode ser nos 15 minutos, tem de ser pedido antes. Como é que você vai pedir quórum sem dar frequência?

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Zé Neto, entendo V.Ex^a, mas indefiro...

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, tenho 5 minutos. O que está acontecendo não está certo. O deputado Adolfo Viana não deu frequência. Infelizmente, V.Ex^a está vendo a situação como está.

(Continuação da verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Sendo normalizado o quórum, vamos dar sequência. Com a palavra o deputado Fábio Souto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Qual foi o artigo que ele citou mesmo?

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Quem citou?

O Sr. Zé Neto:- O deputado Adolfo Viana.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Ele citou a questão de ordem...

O Sr. Zé Neto:- Estou perguntando a V.Ex^a qual foi o artigo que o deputado Adolfo Viana citou para pedir...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Ele citou a questão de ordem. Qual foi o artigo que V.Ex^a citou, deputado Adolfo Viana?

Eu quero dizer, deputado Zé Neto, que lhe cedi a questão de ordem agora sem V.Ex^a citar o artigo. Qual foi o artigo que V.Ex^a citou?

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, para o deputado Zé Neto ficar satisfeito e convocar a Bancada dele para trabalhar, informo que formulei a questão de ordem baseado no art. 226 e seguintes.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, V.Ex^a tomou uma direção, não tem problema. Só estou pedindo a sua compreensão, porque a Casa tem essa dinâmica.

V.Ex^a tem a minha admiração. Só quero dizer que o pau que dá em Chico dá em Francisco.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Não tenha dúvida disso.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem, deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, a colocação do deputado Zé Neto não tem procedência, porque ele está questionando contra o Regimento da Casa.

O que V.Ex^a está fazendo, além de ter sido acordado nas primeiras sessões deste ano, está contido no art. 226 do Regimento, que diz a que questão de ordem deve ser formulada com menção expressa do dispositivo, sob pena do não conhecimento. Repito, isso está no art. 226.

O deputado Zé Neto, Líder do governo, está simplesmente pedindo a V.Ex^a que não cumpra o Regimento, o que não pode acontecer. V.Ex^a está de parabéns porque está simplesmente cumprindo o art. 226 do Regimento Interno.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Quero só reiterar aqui que o Regimento...

O Sr. Paulo Rangel:- Eu também concordo com o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Zé Neto...

O Sr. Paulo Rangel:- Eu também concordo com o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Paulo Rangel, para mim, o Regimento serve para a Oposição e para o Governo. O que der em Chico dará em Francisco. Agora, o que não pode é voltar àquela banalização de questão de ordem dentro deste Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Fábio Souto.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Sr. Presidente Sandro Régis, quero, em primeiro lugar, emitir a minha opinião sobre esse tema. V.Ex^a está coberto de razão, tendo em vista que os pedidos de questão de ordem estavam completamente banalizados. V.Ex^a simplesmente cumpre o seu dever ao seguir o Regimento desta Casa.

Venho a esta tribuna para mais uma vez falar sobre a seca que assola o nosso Estado. Hoje, acompanhei mais de cinco deputados falarem sobre esse tema tão importante, que afeta tanto a nossa Bahia, principalmente o Nordeste estadual e a Região Sisaleira. A seca está assolando até mesmo regiões onde não ouvíamos falar sobre ela, como o Sul e o Extremo Sul do Estado.

Observamos, hoje, alguns efeitos extremamente daninhos ao nosso Estado. Por exemplo, a Barragem de Ponto Novo, onde os irrigantes, devido à situação em que se

encontra, estão proibidos de usar a água para irrigação. Imaginem só que é um perímetro de irrigação que emprega de 4 a 5 mil pessoas.

Entretanto, o mais terrível, Sr. Presidente Sandro Régis, é a questão do abastecimento humano. Hoje, em várias comunidades, em vários povoados da Região Sisaleira e do Nordeste falta água para o consumo humano. Nem digo mais para o consumo de animais e para a agricultura, pois essa água já acabou há muito tempo. O que observamos é uma mortandade imensa do rebanho do nosso Estado.

O deputado Eduardo Salles, que é o presidente da Comissão da Agricultura, falou aqui, com muita propriedade, que dizia há 3 anos, quando era secretário, que naquele momento o nosso Estado vivia a sua maior seca; mas agora ele observa uma seca maior ainda. Então, é uma situação de extrema gravidade! Temos de nos unir para conscientizar os governos federal e estadual para que enfrentem, efetivamente, esse grande problema que assola a Bahia hoje.

E há uma questão importante, ex-presidente Marcelo Nilo, que exige a união desta Casa, que é o subsídio ao milho, problema que já ocorreu em outras ocasiões. O governo federal anunciou, há 15 ou 20 dias, que daria esse subsídio. Eu diria que é o último suspiro...

Sr. Presidente, solicito que melhore o som.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Srs. Deputados, solicito silêncio, pois há um orador na tribuna. Peço ao sistema de som...

Deputado Fábio Souto, garantirei o tempo de V.Ex^a.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Solicito que me dê mais 30 segundos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o deputado Fábio Souto.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Pois bem, presidente Alex Lima, o último suspiro do pequeno e médio produtor é comprar um milho mais barato, subsidiado. Isso servirá para fazer aquela última tentativa de alimentar o seu rebanho de gado, de cabras, para que, efetivamente, como já está acontecendo, esses rebanhos não venham a morrer. Isso está acontecendo.

Então, é importantíssimo que as Bancadas de Governo e de Oposição se unam, para que o governo federal libere o mais rapidamente esse subsídio que é tão importante para o pequeno e para o médio agricultor do Nordeste, que passam agora por uma necessidade grande de alimentar o seu rebanho.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Para finalizar, Sr. Presidente, a situação é tão grave que pequenas e médias barragens na região sisaleira e no nordeste do Estado não têm mais água, não existe mais água. A realidade, hoje, é que o sertanejo tem de andar 10, 15, 20 quilômetros – vou finalizar, Sr. Presidente – para conseguir, às vezes, uma água de péssima qualidade. Infelizmente, em vários municípios, hoje, o rebanho está quase dizimado pela seca que atravessa o nosso Estado.

Então, temos de nos unir e observar a realidade que se coloca. É uma realidade terrível, é uma realidade que requer a união de todos nós para, mais uma vez, enfrentarmos uma das grandes secas que já aconteceram no nosso Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o nobre Líder do PSL para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Angelo Almeida:- Sr. Presidente, falará o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de até 6 minutos. Posteriormente, por mais 5 minutos falará o deputado Marcelo Nilo.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de até 6 minutos, o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente, por gentileza.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Qual é o artigo?

O Sr. Targino Machado:- Artigo 225 e seguintes. Quero saber de V.Ex^a em que tempo foram indicados os oradores? No tempo de que partido?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- No tempo do PSL.

O Sr. Targino Machado:- PSL?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Isso.

O Sr. Targino Machado:- O PSL não é um bloco independente, Excelência?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Não existe bloco independente no Regimento Interno, deputado.

O Sr. Targino Machado:- Existe, sim.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Onde? Qual é o artigo, Excelência?

O Sr. Targino Machado:- O bloco não está... O bloco tem líder próprio. Todo bloco que tem a liderança, o vice-líder próprio não faz parte para indicar. Ele não faz parte da Bancada do Governo.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Faz parte do Bloco da Maioria, deputado.

O Sr. Targino Machado:- Não faz!

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Pode fazer parte de um bloco ou de outro, deputado.

O Sr. Targino Machado:- Não! V.Ex^a está enganado! É um bloco independente! O bloco é independente, ele tem de se indicar. Só para subsidiar V.Ex^a: nos idos de 2004, eu fui o primeiro deputado a estabelecer o primeiro bloco independente desta Casa, que contava com apenas 4 deputados. Por causa disso é que fizeram uma alteração no Regimento Interno mudando para 10%. Então, o PSL só pode ter orador indicado pelo seu líder e pelo seu vice-líder.

O Sr. Marcelo Nilo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem, deputado Marcelo Nilo.

O Sr. Marcelo Nilo:- Deputado Alex Lima, na realidade eu estava aguardando o presidente da Casa para fazer um questionamento conforme o artigo 37, mas como meu querido amigo, o deputado Targino Machado, fez essa indagação vou me reservar, mesmo sabendo que V.Ex^a está na Presidência, neste momento, e tem poder de deferir ou indeferir, a aguardar o presidente, porque foi ele que mandou publicar no Diário Oficial a independência do bloco do PSL.

O art. 37 é muito claro: “A Maioria Parlamentar será constituída por Bancada, Bloco ou Representação Partidária, desde que composta pela maioria dos membros da Assembleia Legislativa.” “A Minoria Parlamentar será constituída por Bancada, Bloco ou Representação Partidária ou Bloco, agrupada ou não, que expresse posição diversa da Maioria.”

O artigo é muito claro, não existe Bloco Independente nesta Casa. Para existir um Bloco Independente, é necessário que se faça um projeto de resolução e o Plenário o aprove. Como presidente do PSL, e principalmente deputado, não posso aceitar a quebra do Regimento da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Defiro a questão de ordem de V.Ex^a, deputado Marcelo Nilo.

O Sr. Marcelo Nilo:- Só estou levantando isto porque quero discordar do meu querido amigo deputado Targino Machado, que, diga-se de passagem, é um dos deputados que mais utiliza corretamente o nosso Regimento Interno. Para ter o Bloco Independente, é necessário que exista no RI a possibilidade do Bloco Independente. Mas ela não existe. Não existe! Não existe nenhuma possibilidade de se criar Bloco Independente nesta Assembleia porque não está no Regimento. O que nós fazemos nesta Casa é fruto do que está na Constituição e no Regimento Interno. Nem o presidente nem a Mesa Diretora têm poder de criar um Bloco Independente. Somente se houver um projeto de resolução modificando o nosso RI.

Inclusive só estou levantando este assunto porque não quero criar um constrangimento para V.Ex^a ter de tomar uma decisão destas, tão importante! Se o presidente deste Parlamento indeferir esta minha questão de ordem, eu vou entrar na Justiça, porque acho que o deputado que se sente prejudicado na Constituição ou no Regimento só tem um caminho: o da Justiça. O Regimento é muito claro! Não existe Bloco independente nesta Casa, art. 37, Maioria ou Minoria.

Então, quero dizer ao meu querido amigo deputado Targino Machado...

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- A matéria está vencida. Defiro a questão de ordem do deputado Marcelo Nilo.

Concedo a palavra ao deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Ex^a! Art. 34!

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- A matéria está vencida, Ex^a. Defiro a questão de ordem do deputado Marcelo Nilo.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Ex^a! Art. 34!

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- A matéria está vencida. Defiro a questão de ordem do deputado Marcelo Nilo.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Ex^a! Art. 34!

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a está errado, presidente. Queria que revisse a sua posição. Como é que pode um deputado que não pertence ao Bloco do PSL indicar um outro deputado para usar a tribuna? Então, o senhor está cometendo um equívoco, e eu queria que revisse sua posição.

O Sr. Targino Machado:- Art. 34, Ex^a!

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- V.Ex^a é um grande deputado nesta Assembleia, mas o micróbio dessa cadeira aí lhe faz muito mal. Quando toma assento nela, é picado por um vírus totalitário da ditadura. Não é assim que se age nesta Casa! Isto aqui é Casa de iguais!

Quero dizer a V.Ex^a que recorra a Dr. Carlos Machado. Ele sabe que esta Casa já teve Bloco Independente. E não foi à toa, não foi à toa que o presidente desta Assembleia, de direito, mandou publicar a criação do Bloco Independente. Não foi da cabeça dele. E o deputado Marcelo Nilo, meu amigo, meu amigo, está legislando em causa própria. E outra coisa: em defesa do PSL dele, sei lá!

Agora, o art. 34, excelência, diz o seguinte.

O Sr. Paulo Rangel:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado:- Com a devida vênia, deputado Paulo Rangel, o art. 34 do Regimento Interno diz o seguinte: “As Bancadas e/ou Representações Partidárias, por decisão da maioria de seus membros, poderão constituir Bloco Parlamentar, sob liderança comum, vedada a participação de cada uma delas em mais de um Bloco, desde que seja integrado, pelo menos, por 1/10 (um décimo) de Deputados.”

Vejam, um décimo de 63 deputados dá 6,3% deputados. Por isso, este Regimento foi modificado pelo art. 34-A.

Sr. Presidente, é esta a questão de ordem que tenho de formular para V.Ex^a.

Então, Sr. Presidente, este Regimento foi modificado com a inclusão do art. 34-A que diz: (Lê) “No cálculo para constituição das Bancadas ou Blocos Parlamentares, resultando número fracionário, será desprezada a fração, se igual ou inferior a meio, e, se superior, aproximar-se-á para a unidade seguinte.”

Então, 6 deputados desta Casa, sejam eles de quaisquer partidos, têm o amparo regimental para formar o bloco e meter a cabeça na Oposição, no Governo ou na independência.

O deputado Marcelo Nilo sabe disso de cor e salteado. Mas, com a devida vênia, o meu amigo, líder e deputado Marcelo Nilo está a fazer a defesa escamoteada

dos seus interesses pessoais que, neste Plenário, não procede. O bloco está, devidamente, constituído, porque foi publicado no Diário Oficial com amparo no art. 34 e seguintes.

Sr. Presidente, não embarque nesta onda porque o art. 34-A deveria ter o nome de Targino Machado, uma vez que eu fiz bloco independente aqui, porque era omissivo, apenas, dois deputados: eu e o deputado Luciano Simões.

E o hoje senador Roberto Muniz, sempre que me encontra, diz que quem dava os nós em pingo de éter aqui era o deputado Targino, porque pegou um furo do Regimento e implantou o bloco independente nesta Casa.

E eles fizeram isso. Este art. 34-A foi criado para não permitir que partido, contendo 2 ou 3 deputados somente, pudesse formar um bloco. Digo isso, porque, antigamente, podia, Sr. Presidente.

Peço a V.Ex^a deferir o pedido e chamar os membros, com competência e com legitimidade, para convocar e indicar os oradores.

O Sr. Paulo Rangel:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, não vou entrar no mérito se o Regimento prevê bloco independente ou não. Quero colocar um ponto importante, ou seja, sempre que o presidente dirige a sessão, ele anuncia da seguinte forma: o Líder do Bloco ou o Líder do Partido ou o Líder da Maioria ou da Minoria.

Então, nem a Maioria, nem a Minoria, neste momento, pode reivindicar qualquer direito sobre o PSL. Agora, o Líder do PSL pode indicar alguém da Maioria, da Minoria ou do PSL. É isso o que resolve. Não há bloco independente. O partido existe.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Pela ordem o deputado Luciano Ribeiro.

(Vários Srs. Deputados manifestam-se ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, eu quero, aqui, usar a minha questão de ordem para...

(Vários Srs. Deputados manifestam-se ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. Luciano Ribeiro:- Se V.Ex^a, Sr. Presidente, garantir a minha palavra, eu quero expor o meu pensamento. Sr. Presidente, dentro desta polêmica, quero dar a minha posição.

(Vários Srs. Deputados manifestam-se ao mesmo tempo fora do microfone.)

(O Sr. Angelo Coronel assoma à Presidência da Mesa.)

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, dentre todas as posições vistas, na letra fria do Regimento Interno, não há, obviamente, aqui, esclarecido nem dito poder haver bloco independente. No 34-A, que o deputado Targino fala, eu também quero entender que não se trata de bloco independente. Aqui trata-se da sobra na contagem dos blocos. Aí é contagem. É da sobra. Isso não é da composição dos blocos. De tudo isso, resta, também no meu entendimento, que se houve o ato da Presidência permitindo o bloco parlamentar, ele só deixará de prevalecer a partir do momento da sua nulidade. Então, primeiro é preciso que se anule o ato, se assim entender que não há possibilidade, para depois deixar de existir.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Presidente, o Regimento quando chama bloco, significa a união de dois ou mais partidos. Não existe bloco de um partido só. O Regimento é claro. O Regimento é claro nesta questão.

(Vários deputados se manifestam fora dos microfones)

Não, não é bloco. Está escrito.

(Vários deputados se manifestam fora dos microfones)

Está escrito no Regimento no art. 34. O art. 34 diz que...

(Vários deputados se manifestam fora dos microfones)

Presidente, por gentileza, eu gostaria que fosse preservada a minha fala.

(Vários deputados se manifestam fora dos microfones)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado Rosemberg, V.Ex^a concluiu a sua questão de ordem?

O Sr. Rosemberg Pinto:- Concluí. Só para entender: (Lê) “As bancadas e/ou Representações (...)”, está dizendo aqui, Sr. Presidente “(...) poderão constituir Bloco Parlamentar, sob liderança comum...”. Ou seja, sob a liderança de um dos membros dos partidos. Por isso que está dizendo “liderança comum”. Seja de um partido ou seja de outro. O bloco pressupõe a união de dois ou mais partidos.

(Vários deputados se manifestam fora dos microfones)

Não. Eu queria aqui ir na tese de que seja possível uma bancada partidária, que tem direito ao tempo, à excedência do tempo, mas não pode ser registrada como bloco independente, porque o regimento não permite isso.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Marcelo Nilo.

O Sr. Marcelo Nilo:- Deputado Presidente, V.Ex^a, hoje, publicou no Diário Oficial a criação do bloco independente. Com todo apreço e respeito que eu tenho a V. Ex^a, essa expressão “bloco independente” não existe no Regimento. O Art. 37 é muito claro. Existe o Bloco Parlamentar da Maioria e existe o Bloco Parlamentar da Minoria. O Bloco Parlamentar da Maioria são aqueles partidos que somam as respectivas lideranças que se acoplam à maioria dos Srs. Deputados.

Sobra para a minoria aqueles que não fazem parte da maioria. Consequentemente, não existe no Regimento bloco independente. Pelo Regimento da Casa – errado ou certo, porque eu não estou entrando no mérito –, qualquer liderança, qualquer bloco é obrigado a ficar na Maioria ou na Minoria. A palavra “independente” não existe nesta Casa. E eu fico à vontade porque quando o PP queria tornar-se independente nós indeferimos o pleito do Partido Progressista. Quero registrar que o Regimento também é claro no Art. 34 quando diz que os partidos se podem acoplar num bloco, mas o art. 37 obriga que esses blocos partidários sejam integrados à Maioria ou Minoria desta Casa.

Então peço a V.Ex^a que defira a nossa questão de ordem...

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, excelência.

O Sr. Marcelo Nilo:- ... porque acho muito importante que se mantenha, primeiro, o Regimento, não estou entrando nem no mérito da tradição nesta Casa. Estou há 27 anos na Assembleia Legislativa da Bahia e nunca vi bloco independente, nunca existiu aqui. O deputado Targino Machado passou uma época como independente, mas foi indeferido, posteriormente, quando um deputado nos questionou, como presidente...

O Sr. Targino Machado:- V.Ex^a não era presidente.

O Sr. Marcelo Nilo:- Mas eu estava presidindo a sessão...

O Sr. Targino Machado:- V.Ex^a não estava presidindo sessão nenhuma.

O Sr. Marcelo Nilo:- Deputado, eu tenho a palavra.

O Sr. Targino Machado:- V.Ex^a...

O Sr. Marcelo Nilo:- Eu tenho a palavra.

O Sr. Targino Machado:- V.Ex^a está aqui...

O Sr. Marcelo Nilo:- Eu estou com a palavra.

O Sr. Targino Machado:- Tudo bem, mas...

O Sr. Marcelo Nilo:- V.Ex^a quer interromper a minha palavra, deputado? O que é isso?

O Sr. Targino Machado:- V.Ex^a estava...

O Sr. Marcelo Nilo:- ... V.Ex^a está lastimando, mas tem obrigação de me ouvir...

O Sr. Targino Machado:- ... de forma equivocada. Vá brigar com o seu partido no lugar correto para ter abrigo, aqui não.

O Sr. Marcelo Nilo:- Deputado Targino Machado...

O Sr. Targino Machado:- ... Aqui não é para ter briga partidária.

O Sr. Marcelo Nilo:- Eu gostaria, Sr. Presidente, que V.Ex^a assegurasse a minha palavra, porque não consegui nem racionar. O deputado Targino Machado hoje está, realmente, ultrapassando os limites...

O Sr. Targino Machado:- E o limite é V.Ex^a quem coloca aqui também, é?

O Sr. Marcelo Nilo:- Deputado, ouça-me. Eu só estou pedindo que me ouça.

O Sr. Targino Machado:- Mas V.Ex^a dizer que estou ultrapassando o limite...

O Sr. Marcelo Nilo:- Deputado, ultrapassando o limite de não me deixar falar. Eu só quero falar.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Conclua a questão de ordem, deputado Marcelo.

O Sr. Marcelo Nilo:- Como é que concluo? Vou reiniciar, porque perdi o meu raciocínio.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pois não. V.Ex^a tem tempo suficiente para reiniciar.

O Sr. Marcelo Nilo:- Presidente, não existe aqui nesta Casa bloco independente; não existe, nunca existiu bloco independente. O deputado Targino Machado, por quem todo mundo sabe que tenho o maior respeito e admiração, passou uma época, salvo engano, com outro deputado, tornando-se independente. Aliás, ele sempre foi independente. Mas ele formalizou. Só que nenhum deputado questionou essa independência do deputado Targino Machado. Quando um deputado questionou, não lembro quem estava presidindo, eu era, salvo engano, 2º secretário, e o presidente, salvo engano, era o deputado Otto Alencar, salvo engano, ou o deputado Antônio Honorato, foi indeferida essa questão...

O Sr. Targino Machado:- Não. Está viajando na maionese...

O Sr. Marcelo Nilo:- Prefiro parar a minha questão de ordem. Não vou aqui baixar o nível com V.Ex^a, por quem tenho um apreço muito grande.

Quero dizer a V.Ex^a, até telefonei para V.Ex^a hoje, deputado Angelo Coronel, está registrado aí, porque vou entrar na Justiça. Eu quero passar para o presidente que se a minha questão de ordem for indeferida, o que respeito, porque aqui o presidente tem poder de deferir ou indeferir, vou entrar na Justiça para saber sobre essa questão de independência. Se a Justiça disser que existe aqui o bloco independente, vou acatar. Se a Justiça disser que não existe, eu espero que V.Ex^a acate.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Vou responder a questão de ordem do deputado Marcelo Nilo.

Deputado Marcelo, nós somos, talvez aqui, cinco ou seis dos mais velhos nesta Casa. Já participei aqui de outra legislatura onde existia Maioria, Minoria e partidos independentes. O próprio deputado Targino Machado já fez parte aqui, no passado, de um bloco independente, e quando havia votações de projetos com dispensa de formalidades, necessitava da assinatura dos Líderes da Maioria, da Minoria e do membro do bloco independente. V.Ex^a participou disso aqui, na época éramos colegas, não sei se, na época, de Bancada.

Então, indefiro a questão de ordem de V.Ex^a. E quanto à questão judicial, é um direito de cada parlamentar ingressar na Justiça. Quero também fazer crer que isso é uma questão política, uma decisão política. Eu não posso, ao meu bom alvitre, imaginar que um partido seja obrigado a ficar na Maioria ou na Minoria...

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Alex Lima:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Acho que um partido tem o direito de decidir qual é o seu destino político em Plenário, se ele quer fazer parte da Maioria ou Minoria ou se tornar independente. O partido não pode ficar manietado, ser da Maioria ou da Minoria. Se o Regimento tem essa omissão, mas se tornou uma praxe desta Casa, não é a primeira vez, então, politicamente, indefiro a questão de ordem de V.Ex^a, ratificando a publicação no Diário Oficial no qual está constituído o Bloco Independente do Partido PSL.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Targino.

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, é assunto vencido, V.Ex^a indeferiu essa questão de ordem, mas arguindo ainda o art. 34 e 34-A, quero dizer que a competência da instância partidária se encerra fora desse Plenário. Aqui dentro desse Plenário, que o presidente do partido ou o partido adote as posições até punitivas contra os parlamentares que não obedecerem as normas partidárias. É um direito. Mas o que não se pode aqui é querer se engessar deputados na sua atividade parlamentar, legiferante de se submeter à Bancada de Oposição ou à Bancada de Governo se assim não o desejar. E, para isso, o Regimento diz que 10% de deputados podem se unir em bloco. E assim aconteceu: 6,3 deputados. O art. 34-A fala que a fração abaixo de 5 é desprezada, então 6 foi constituído legalmente por V.Ex^a.

Deputado Marcelo, lhe quero um bem doido. Mas não existe dissenso aqui nesta Casa para essa minha afirmação. Sou seu amigo, mas não sou alienado e por isso quero trazer a V.Ex^a, deputado Marcelo Nilo, o Diário Oficial publicado em 14/05/2007, quando V.Ex^a era o presidente: (Lê) “Bancadas indicam para comissões”. Está aqui a publicação onde diz: (Lê) “Bancada de Minoria e Bancada de independentes cumprem acordo e designam deputados. Os líderes dos blocos da minoria e independente, deputado Roberto Muniz e Gildásio Penedo, respectivamente...”.

Então, como é que não existiu, Ex^a? V.Ex^a tem memória de elefante. Ou o Alzheimer está acometendo V.Ex^a? Porque está aqui. Contra fato não há argumento, presidente. Foi isso que aconteceu.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, deputado Alex Lima.

O SR. Alex Lima:- Sr. Presidente Angelo Coronel, sei que a matéria já está vencida, mas apenas para colocar para V.Ex^a a nossa posição: diz o Regimento que é possível sim se formar bloco partidário a partir de seis deputados. Isso aí é claro, o

Regimento traz. Mas o Regimento da Casa não trata de que esse bloco fique numa bancada independente. Então, esse bloco tem o direito de se formar, mas estará vinculado à Maioria ou à Minoria.

Então, Sr. Presidente, respeitando a decisão de V.Ex^a, acho que realmente aqueles que, como eu, sentirem que esta Casa está cometendo um equívoco, se o equívoco foi cometido em outras legislaturas não podemos correr o mesmo risco nesta Legislatura.

Então quero comunicar a V.Ex^a que, me sentindo preterido por essa questão, também assinarei o manifesto para discutir com todo respeito a decisão de V.Ex^a, mas discutir judicialmente essa posição.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, queria que V.Ex^a ponderasse o seguinte: os efeitos da criação de um bloco são relativos. V.Ex^a há de convir que pelo Regimento só existem realmente os blocos de Minoria e Maioria. Com os efeitos da criação de um bloco a mais nesse ano, vamos ter que remodelar toda a montagem da Casa e especialmente nas lideranças e vice-lideranças de Governo e Oposição. Isso é um fato que, eu acho, desestrutura, do ponto de vista regimental, a Casa. Apesar de eu estar aqui a menos mandato do que V.Ex^a, a menos mandatos do que o deputado Marcelo, fui presidente da Comissão de Constituição e Justiça, sou advogado e procuro nortear meus pensamentos não só voltados para a minha convicção e necessidade de momento – sou governo –, mas principalmente na proteção do Regimento.

Queria ponderar a V.Ex^a que não deferisse ou indeferisse agora essa posição de V.Ex^a, porque é uma decisão muito ampla e peço ponderação para que se evite assim a interferência judicial numa matéria que é nossa.

Não tem porque a gente ter uma interferência judicial numa matéria que é interna corporis, aqui de dentro. Não tem porque resolvermos isso numa demanda que chegue ao âmbito judicial. Acho que não seria o caso.

Do ponto de vista político, respeito muito o fato de que os deputados criaram um bloco independente e querem conversar mais daqui para a frente, que é o que me parece que aconteceu, depois de ter conversado com todos os deputados que pude conversar. Pelo menos com a maioria deles eu já conversei. Inclusive, em nenhum momento, nenhum desses deputados nos disse algo em torno de rompimento. Ao contrário, falaram de independência e que querem ser ouvidos em alguns pleitos que acham que precisam ser mais debatidos com eles.

Acho que é uma situação política natural, até de um processo de mudança na Casa e que a gente vai ter que contornar e conversar muito. Acho que a política é isso.

Agora, do ponto de vista legal, eu peço a V.Ex^a ponderação, porque está muito claro: no Regimento não há essa personalidade e existência desse bloco. Porque esse bloco vai ter uma existência do ponto de vista político, do ponto de vista da independência de um bloco que fará parte de um debate na Casa, mas se nós tivermos aqui agora, vamos criar dois blocos, então V.Ex^a vai ter que criar uma estrutura –

imagina – para uma situação de bloco independente. Então, agora vai ter que ter o quê? Uma liderança, uma sala...V.Ex^a, isso não existe, porque, inclusive, criam-se outras perspectivas de outros blocos, também.

Então, vamos viver um momento em que é preciso saber o que decidir, para não criarmos aqui uma situação que não existe em parlamento nenhum do mundo e que a gente possa chegar. Existirá sempre um governo e uma oposição. E isso poderá, do ponto de vista político, vir a acontecer para que as discussões gerem blocos independentes, situações adversas, gente que ficou sem partido.

Agora, pediria a V.Ex^a para não tomarmos nenhuma posição açodada. Que tenhamos um tempo para que V.Ex^a decida, conversando com a Procuradoria, conversando com as lideranças, tentando um entendimento para que a Casa não dê um passo que possa ser um passo incerto.

Peço apenas ponderação, que V.Ex^a decida com mais tranquilidade. No açodamento da política, a gente pode, às vezes, dar um passo e alterar o roteiro normativo, regimental da Casa. Não seria interessante. Peço a V.Ex^a essa ponderação, se for possível.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- O deputado Joseildo Ramos já havia pedido. Depois sou eu.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Agradeço, Sr. Presidente. Eu considero extremamente feliz esse momento onde os deputados estão querendo mergulhar no Regimento. Isso é muito bem-vindo. E aí eu quero chamar a atenção de todos aqui e de V.Ex^a que preside neste momento o art. 34, que é a minha questão de ordem. Ele fala, literalmente: (Lê) “As Bancadas e/ou Representações Partidárias, por decisão da maioria dos seus membros...”. Não é de nenhum partido, é uma reunião de partidos. Uma bancada pode ter um partido, mas bancadas, mais de um. “Representações partidárias” está no plural. Eles poderão constituir um bloco parlamentar. Não existe bloco parlamentar de um partido, presidente.

Quero chamar a atenção para isso, para que fique...

(Vários deputados falam fora dos microfones)

O Sr. Joseildo Ramos:- Por favor, Ex^a, me deixe concluir. É Bancada do PMDB. Bloco de um partido o Regimento não fala. O art. 34 é claro.

Era só isso para contribuir com a discussão.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Presidente, eu vou na linha do deputado Joseildo, até preocupado, também, com o que o deputado Zé Neto colocou. Representação Partidária, ela existe. Tanto é que quando o presidente anuncia, ele sempre anuncia: “o líder da Maioria ou líder do PT para indicar orador”.

Então, primeiro, para solucionar esse problema, por ora, quem deve indicar o orador do PSL é o líder do PSL.

Outra coisa que quero chamar a atenção do Regimento, presidente, é que nesta Casa, do ponto de vista prático, não existe Bloco de Maioria nem de Minoria. Existem Bloco de Governo e Bloco de Oposição. Já se falou nesta Casa, inclusive... o Regimento coloca isso, mas a prática na Casa... não se trabalha aqui com Líder de Maioria e Líder de Minoria. Tanto é que ainda no mandato do deputado Marcelo Nilo se cogitou a possibilidade de se ter Líder da Maioria, a exemplo do que está acontecendo no Congresso, que agora vai se criar Líder da Maioria. Na prática, o que se estabelece aqui, tanto é que é o governador do Estado quem escolhe o Líder do Governo, tem sido assim.

E para fazer justiça, presidente, já existe esse comportamento na Casa há muito tempo. Eu lembro que o Partido dos Trabalhadores, na época em que o governador era Waldir Pires, o Partido dos Trabalhadores não era nem Governo nem era Oposição, tínhamos apenas um deputado, que era o deputado Alcides Modesto. E na hora de anunciar o orador que iria à Tribuna, quem anunciava era o próprio Alcides Modesto.

Então, o PSL, hoje, se constitui num Partido independente. Agora, nem a Oposição, nem a Situação, nem a Maioria, nem a Minoria podem reivindicar aqui o poder de representação do PSL, a verdade é essa, sob pena de estarmos aqui passando por cima da autonomia partidária, presidente.

Era essa a minha questão de ordem.

O Sr. Adolfo Viana: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Presidente, essa discussão já se arrasta há um bom tempo, Independente, Maioria, Minoria. O que é estranho, é que os integrantes do Bloco, dito independente, não estão aqui. É uma discussão inócua. Só quem está aqui é o presidente do Partido. O Líder do Partido não está presente, que está excluído, é verdade. Uma discussão que se arrasta por tanto tempo de forma inócua, e os interessados, ditos independentes, não estão aqui para dar o veredicto, se eles estão Governo, se são Oposição e se, de fato, vão ser independentes. Muito estranho isso.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, essa é uma matéria vencida. V.Ex^a tomou a decisão, o Bloco independente do PSL, hoje, existe. Portanto, não cabe a um deputado de outro Partido, por mais que seja da Bancada do Governo, indicar alguém para fazer uso da tribuna no tempo do PSL, que, hoje, está na Casa como um Partido independente, como bem disse o deputado Paulo Rangel.

Então, essa matéria está vencida, vamos dar andamento aos trabalhos da Casa, para que não fiquemos redundantes aqui nesta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o nobre Líder do PSL para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos. (Pausa)

Não há orador, porque não há indicação, porque o Líder do PSL está ausente do Plenário.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosenberg Pinto:- Sr. Presidente, falará o deputado Alex Lima por 5 minutos e depois a deputada Ivana Bastos, do PSD, por 5 minutos.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, venho a esta Tribuna porque cada vez... e vi uma coluna de um conhecido jornalista baiano, fazendo algumas críticas pelo fato de que esta Casa estaria tratando de temas nacionais, fazendo função até de deputado federal.

Sr. Presidente... (Pausa)

Sr. Presidente, tenho certeza que o deputado Sidelvan não vai cometer essa falta de educação com as mulheres deste Parlamento, com as mulheres do Estado da Bahia. Acho que foi por um motivo muito nobre, deputado Sidelvan, essa parada na sessão de hoje. As mulheres merecem e devem ser homenageadas a todo instante.

Então, aproveito a oportunidade para cumprimentá-las pelo dia 8 de março, pela luta, pela história e por ter a certeza de que, devido à árdua luta das mulheres brasileiras, é que iremos, um dia, construir um País ideal, com menos miséria, com menos corrupção, com mais oportunidade e igualdade para todos.

Mas, Sr. Presidente, ouvi algumas críticas de alguns jornalistas na semana passada, sob o argumento de que estaríamos, deputado Euclides, nacionalizando o discurso aqui nesta Casa, inclusive dizendo que fazíamos o papel que os deputados federais deveriam fazer, o que nos colocava no lugar da Câmara Federal. Eu queria, Sr. Presidente, aproveitar essa oportunidade para discordar.

Esta Casa é, sobretudo, a Casa do povo. Esta Casa representa todos os baianos, não podemos viver os dias difíceis que estamos enfrentando no nosso País e fazer de conta que nada está acontecendo, que tudo está normal! Nós precisamos bradar desta tribuna todos os dias para aproveitar a imprensa aqui presente, para aproveitar a audiência da *TV Assembleia*, dos amigos e amigas que nos visitam diariamente aqui na Galeria Paulo Jackson, para denunciar os abusos e as ilegalidades que vêm acontecendo no nosso País.

Nós não podemos fazer de conta que uma reforma perversa como a da previdência, que se anuncia, não é de interesse desta Casa nem dos baianos! Não é possível que se deponha uma presidente eleita pelo povo brasileiro e que isso não seja de interesse desta Casa e dos baianos. Não é possível que a gente vá ver cada desmonte dos avanços sociais pelos quais o Brasil passou nos últimos anos, com crescimento em cada região, sobretudo na região Nordeste, no nosso Estado da Bahia, e, simplesmente, façamos de conta que isso não nos diz respeito.

Não, Sr. Presidente, esta Casa seria omissa se não pudesse colocar os seus pensamentos de forma transparente. Em 2018, teremos eleições, e cada deputado e

deputada desta Casa precisa olhar no olho do eleitor e dizer que ele quer buscar o voto de renovação para mais um mandato na Assembleia Legislativa e dizer de que lado está: se está do lado da legalidade, do governo que mais fez pelo povo nordestino ou se faz parte de um governo ilegítimo que, a cada dia, retira mais e mais direitos dos trabalhadores e das pessoas mais humildes deste País.

Nós não podemos acreditar, deputado Antônio Henrique, que no próximo ano a população vai fazer de conta que nada aconteceu, vai zerar essa conta e escolher os seus representantes sem levar em consideração a história e as bandeiras que cada um defendeu.

Por isso, presidente, venho a esta tribuna conclamar a Assembleia Legislativa para que, cada vez mais, os deputados e deputadas possam subir a esta tribuna e dizer de que lado estão. A democracia permite, deputado Zé Neto, que façamos as nossas escolhas de forma serena, tranquila, de modo que representem aquilo que a gente acredita, mas nós não podemos fazer de conta que não sabemos dos graves momentos vividos pelo nosso País.

Temos muitos problemas no Estado da Bahia. O governador Rui Costa, às custas de muito sacrifício e de uma gestão comprometida, vem enfrentando esses desafios. Não podemos deixar de bradar aos 4 cantos que o Brasil não aceita retroceder, que o Brasil não aceita a retirada dos direitos dos trabalhadores, que o Nordeste não pode voltar àquele passado em que os poderosos só nos olhavam e nos enxergavam em época de eleição.

É por isso, que venho nesta tarde, Sr^{as} e Srs. Deputados, dizer a minha posição e deixar registrado o meu posicionamento: fora, Temer! Eleições diretas já para o nosso País! Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, falará a deputada Ivana Bastos pelo tempo de 7 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra a deputada Ivana Bastos.

A Sr^a IVANA BASTOS:-Boa-tarde a todos e a todas.

Quero iniciar agradecendo aos nossos companheiros, deputados estaduais, que se uniram hoje na causa da mulher, todos aqui, na Assembleia Legislativa, nesse gesto de gravata cor-de-rosa, deputada Neusa, porque não só amanhã será o Dia da Mulher, mas todos os dias. Eu tenho certeza da luta, da defesa, que esta Casa trava pelas mulheres. Eu, como mulher, agradeço pelo apoio e tenho certeza que, juntos nesta Casa, podemos lutar muito mais por políticas públicas pelas mulheres, defender muito mais as mulheres, porque, se não fosse uma mulher, nenhum de nós existiria. Se não fosse a mãe, a gente não estaria aqui.

Então, é muito importante que... Aqui hoje, a gente não viu preconceito, foi um gesto de todos os deputados, à unanimidade, que vestiram a gravata cor-de-rosa como apoio às mulheres. E quero pedir a todos vocês que venham todos amanhã com essa

gravata cor-de-rosa para dizer que a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia defende a causa das mulheres. Eu venho de vestido cor-de-rosa amanhã.

Quero registrar a visita que recebemos em Guanambi, no último dia 24, sexta-feira de Carnaval, do vice-governador João Leão e de uma comitiva de empresários chineses, juntamente com o presidente do Banco de Desenvolvimento da China, aqui no Brasil, o embaixador da China no Brasil e a embaixatriz, para visitar o traçado da Ferrovia Oeste-Leste. E, para nossa alegria, os chineses saíram da região encantados com a nossa Bahia e encantados com a obra da ferrovia, palavras deles. Isso nos dá uma certa tranquilidade de ver que as coisas vão voltar a andar, deputada Neusa. O governo federal está lançando edital de concessão para continuação das obras da Fiol. Já temos esse grupo de chineses que também estiveram lá retribuindo a nossa visita que fizemos à China no mês de outubro, juntamente com a deputada Fabíola Mansur, levando a Bahia, levando a nossa região e levando as obras da Fiol. Também estiveram presentes nessa reunião o prefeito de Guanambi, Jairo Magalhães; também o deputado Luiz Augusto, o prefeito de Caetité, Aldo Gondim. A expectativa para que se concretize a construção dessa obra tem sido muito grande.

Quero também registrar que, há pouco, estive em audiência com o comandante da Polícia Militar da Bahia, o coronel Anselmo, e levamos o pedido para a implantação da ronda Maria da Penha na região Sudoeste. O comandante recebeu positivamente essa nossa indicação. Também levamos a indicação e foi assegurado o atendimento de uma unidade móvel de polícia para atender Guanambi, os distritos e os municípios circunvizinhos. Temos buscado apoio, temos representado essa região. E, ao mesmo tempo, quero parabenizar tanto a polícia militar quanto o governo do Estado nos seus trabalhos no Carnaval deste ano. Vimos a organização da polícia, vimos o trabalho brilhante que a polícia fez e também precisamos aplaudir.

Fica o meu abraço a todos os homens, a todas as mulheres, pelo nosso dia 8 de março, amanhã, vamos fazer desse dia um dia de grande defesa do sexo feminino, da mulher, da mãe, da mulher da zona rural, de todas as mulheres. Juntas com vocês, homens, podem ter certeza, somos muitos fortes. Um grande abraço a todos.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Considerando que o art. 227-A diz que a questão de ordem destinada a verificação de quorum para continuidade de sessão somente poderá ser realizada respeitando-se o intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos da última solicitação, contados do reinício da sessão, salvo se por acordo de lideranças e como não há a possibilidade de acordo de lideranças no presente momento, quero solicitar de V.Ex^a uma verificação de quorum para continuidade da presente sessão.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a contasse os 15 minutos regulamentares, acionasse as campainhas, zerasse o painel e convocasse todos os deputados presentes nesta Casa a se fazerem presentes já que existe um pedido de verificação de quórum feito pelo deputado Targino Machado, e zerassem o painel. Quero aproveitar também, dentro dos 5 minutos, para convocar todos os deputados que se encontram no cafezinho, deputados que saíram agora do Plenário que retornem, porque já que existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Defiro a questão de ordem dos deputados Targino Machado e Paulo Rangel. Peço que zerem o painel e que contem o tempo regulamentar. Gostaria de convidar os senhores e senhoras deputadas a se fazerem presentes, pois há um pedido de verificação de quórum feito pelo deputado Targino Machado.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, o deputado Targino Machado tem que dar a presença. Eu alertei antes, Sr. Presidente, temos que dar a presença, senão não vale.

O Sr. Targino Machado:- O deputado Paulo Rangel é litigante temerário. O que não pode acontecer, é quem pede a verificação de quórum não pode se ausentar do Plenário. Se se ausentar do Plenário a questão de ordem cai.

O Sr. Paulo Rangel:- Ele está ausente, Sr. Presidente, porque não pode falar. Isso é a prática, não é nada demais não dar a presença.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Então, é melhor contar, se dentro dessa tese.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- O deputado Targino Machado já deu presença.

O Sr. Targino Machado:- São 15 minutos que quem pede tem para dar ou não.

O Sr. Rosemberg Pinto:- O deputado Targino Machado já deu.

O Sr. Targino Machado:- Antes V.Ex^{as} deram e estou correndo atrás de V.Ex^{as}.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum feito pelo deputado Targino Machado. Convoco as Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados a se fazerem presentes. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Restabelecido o quórum.

Sr^{as} e Srs. Deputados, há um pedido de prorrogação da presente sessão pelo tempo de 600 minutos.

Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Vão falar por 6 e 5 minutos, respectivamente, os deputados Angelo Almeida e Rosemberg Pinto, se V.Ex^a permitir.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o deputado Angelo Almeida pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, tomei conhecimento, ontem, do edital nº 1, de 2 de Março de 2017: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia – Setec.

Deputado Adolfo, esse edital, tornado público ontem, trata do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, por meio da ação do MedioTec. O que é isso? É o ensino profissionalizante para alunos do Ensino Médio...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Deputado, desculpe interrompê-lo, mas há um requerimento que eu não coloquei em votação. Garantirei o seu garantirei.

Em votação. Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa)
Aprovado.

Retorno a palavra ao deputado Angelo Almeida.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Obrigado, Sr. Presidente.

Pois bem, o que nos assusta neste edital é que ele é de âmbito nacional e abre cerca de 80 mil vagas para contratar com empresas de cursos técnicos e profissionalizantes para o Ensino Médio. Ou seja, em nível nacional são 80 mil vagas. Mas, seguindo os mesmos princípios do Pronatec, porque assim diz esse programa, 30% dessas vagas teriam de ser para o Nordeste. Portanto, de 80 mil vagas, cerca de 24 mil, deputado Bobô, deveriam ser destinadas ao Nordeste.

Óbvio que, numa aritmética simples, considerando-se que no Nordeste são 9 Estados, a Bahia teria de ter ficado com, no mínimo, 2.700 vagas. Evidentemente que, fazendo-se uma equação de proporcionalidade e razoabilidade por número de habitantes, a Bahia ficaria com muito mais vagas. Esse edital nos assusta mais ainda, deputado Zé Neto, quando vemos o Amapá ficar com 1.750 vagas, o Maranhão com 2.025 e Minas Gerais com 2.800 vagas, e a Bahia com apenas 575 vagas em Salvador e 75 em Camaçari.

E aí eu me pergunto: como é que uma cidade como Feira de Santana, com todas as suas peculiaridades, um centro de ensino acadêmico, ficou fora de um programa dessa natureza, que deveria gerar para a nossa cidade e para o nosso Estado vagas para jovens do Ensino Médio terem acesso a cursos profissionalizantes?

Portanto, é mais uma maldade que está sendo construída por esse governo; são maldades que vão além da PEC do teto, a PEC da maldade. E já vemos aí tal reforma do sistema previdenciário, que de reforma não tem nada, é uma mudança para pior. E agora o governo do DEM e do PMDB também está atacando a população do Estado da Bahia, principalmente a de Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna, grandes centros de ensino, cidades onde já existe a Academia.

Nós estamos avaliando a possibilidade – inclusive, já dialogando com o representante da Associação de mantenedores desses cursos no Estado da Bahia – de pedir judicialmente a anulação desse edital. Não é possível que uma cidade como Niquelândia, em Goiás, receba 75 vagas, e Feira de Santana, na Bahia, detenha zero vaga. Não é possível que Quirinópolis, também em Goiás, detenha 150 vagas para o MedioTec, e Feira de Santana tenha zero vaga.

No meu entendimento, existe um direcionamento desse governo. Ele não consegue praticar o princípio da igualdade; é o governo que demonstra que vai tratar os desiguais como iguais. Mas essa equação não fecha, ela prejudica o Estado da

Bahia, prejudica cidades que têm excelência em ensino e Academia; prejudica a população jovem do nosso Estado.

E quero pedir aos deputados aliados à Base do Governo federal que façam ações junto ao ministro Antonio Imbassahy para que o ministro da Educação, que é do DEM, possa rever essa situação.

Não vejo, meu querido amigo e colega deputado Carlos Geilson, como nós engolirmos uma situação como essa. Nós temos essa discrepância, esse desajuste num programa que foi pensado para chegar a todos. O que mais me estarrece é que lá em Porto Alegre eles criaram 1.075 vagas só para um curso, o de técnico em eventos. Repito, 1.075 vagas abertas em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, para formar técnicos em eventos.

Então, Sr. Presidente, quero deixar registrado aqui a minha indignação e dizer que já estamos trabalhando com a Assessoria Jurídica para entrar com uma representação no Ministério Público Federal e, também, com outra representação diretamente na Justiça, por meio de uma ação civil pública.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, servidores, visitantes, meu querido presidente Alex Lima. Primeiro, deputada Fabíola, queria deixar registrado, aqui, que hoje o governador Rui Costa lançou um programa importante para a educação na Bahia, intitulado Mais Futuro, que garante a estudantes do 2º grau que passarem no vestibular, nas 4 universidades estaduais, terem a possibilidade de quando comprovadamente carentes, receberem uma bolsa de R\$ 300,00 a R\$ 600,00 para garantir a sua permanência nas faculdades, para evitar a evasão, e isso para nós é um orgulho muito grande do governo do Estado da Bahia. É inédito no Brasil, garantir esse auxílio para ajudar na permanência das pessoas carentes no curso superior de uma universidade pública.

Mas venho aqui, hoje... Tratei na Comissão de Infraestrutura, na Comissão de Agricultura, e amanhã pretendo tratar na Comissão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – hoje conversava com os deputados Bobô e Fábio Souto – em comissões diferentes, sobre esse período de estiagem por que passa o nosso Estado e que redefine, com as mudanças climáticas, toda uma situação de seca no Estado da Bahia, áreas onde era inimaginável ter dificuldade de água para o consumo humano hoje está acontecendo, a exemplo do Extremo Sul da Bahia, do Sul da Bahia, do Médio Sudoeste da Bahia, onde era inimaginável, há 15 anos, as pessoas procurarem, buscarem água tratada para consumo humano.

Então, levantei esse tema hoje nas 2 comissões e amanhã pretendo na Comissão de Recursos Hídricos, para que possamos fazer um grande debate nesta Casa envolvendo os parlamentares federais, os parlamentares do Estado da Bahia, os

senadores que representam este Estado, os diversos Órgãos do governo do Estado e do governo federal, para que possamos debater esse tema e de fato encontrar um formato, primeiro para ampliar a política de convivência com a seca no atual Semiárido baiano. Criar uma nova perspectiva de convivência com a seca nos locais onde isso era impossível de acreditar, nos últimos anos, estamos convivendo, com a seca na Região Sul, Extremo Sul e do Médio Sudoeste, encontrar um mecanismo para, primeiro buscar a convivência com esse fato e, segundo, criar uma política de prevenção no sentido de garantir a preservação das áreas das nascentes, que possamos preservar e recuperar as matas ciliares, que possamos criar uma política de desassoreamento dos rios, ou seja, criar um mecanismo, um trabalho conjunto, supra-partidário, com a participação do governo federal, do governo do Estado, para que possamos criar um grande plano de ação no Estado da Bahia, para a convivência com este novo fato que, hoje, já repercute nessa nova área.

Além disso, trazer esse debate, que leve à redefinição do Semiárido baiano ao Congresso Nacional, para que possamos incluir alguns municípios dentro de um programa que crie essa compatibilidade com as ações de convivência com a seca no Estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo, da Maioria, Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de 11min.

O Sr. Paulo Rangel:- O deputado Rosemberg Pinto e o deputado Angelo falaram agora. Já acabou o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Do PSD? Eles falaram no tempo do PSD.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem, deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Falou, agora, pelo PCdoB/PDT. Agora, é o DEM/PV. Tem uma hora que esse pessoal está falando.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- O deputado Sandro Régis passou a presidência e esqueceu de marcar. Peço desculpas.

Concedo a palavra, ao nobre Líder da Minoria, o Líder do Bloco parlamentar DEM/PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 min.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, falarão os deputados José de Arimatéia por 5 minutos, e o Targino Machado por 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra ao deputado José de Arimatéia pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, eu não poderia deixar de registrar nesta tarde. (Lê) “Ontem, dia 06 de março, marcamos a passagem de uma data mais do que importante no âmbito da nossa saúde: o Dia

Internacional do Optometrista. Numa realidade atual em que, infelizmente, parte da população ainda fica desassistida pela Saúde Pública, torna-se necessário o suporte destes profissionais, não menos técnicos, não menos profissionais, nem menos habilitados que os Oftalmologistas para atuarem dentro das competências de sua área.

A Optometria é uma ciência da saúde, especializada no estudo da visão, oferecendo serviços de cuidados primários para a saúde visual. O Optometrista é o profissional da área da saúde, não-médico, que cuida da reabilitação visual plena do indivíduo em todos os níveis. O trabalho dele tem também o objetivo de prevenir os pacientes contra patologias oculares e problemas sensoriais. A Organização Mundial da Saúde – OMS preconiza que a Optometria é a primeira barreira contra a cegueira evitável no mundo.

A história nos conta que, cientificamente, Georg Bartisch foi o primeiro europeu a ser considerado como médico oftalmologista, porém ele era contra o uso dos óculos. Muitos profissionais da área tiveram a mesma opinião a respeito deste acessório, e pesquisadores dizem que talvez tenha sido por isso que a Optometria se desenvolveu como uma ciência paralela à medicina.

Em 1895 foi criada a Associação Britânica de Óptica, o que levou a regulamentação da Optometria como uma profissão. E em 1898, foi criada nos Estados Unidos a Associação Americana de Optometristas.

Desde então, a Optometria vem crescendo pelo mundo como profissão, mas a luta para a sua consolidação ainda é árdua, sobretudo no Brasil e na Bahia, onde profissionais devidamente aptos ao seu exercício ainda sofrem perseguições de classes profissionais que, em vez disso, poderiam enxergá-la como aliada complementar ao seu trabalho e, sobretudo, à demanda crescente da população necessitada, a qual o Sistema Público de Saúde não consegue alcançar em sua totalidade.

Em vista disso, é de grande valia enfatizar este dia histórico, que marca não somente a importância de uma atividade profissional, como também a luta de uma classe capacitada, que quer exercer livre e dignamente seu ofício. Que quer, merecidamente, a sua afirmação definitiva entre as profissões responsáveis pela atenção visual primária.

Nada mais justo e oportuno que a edilidade desta Casa homenageie e ressalte a passagem do Dia Internacional do Optometrista, assim como a importância destes profissionais, em face de sua luta e competência.

Dê-se ciência desta moção de Congratulação e Aplausos a toda a comunidade de profissionais Optometristas, aqui representados pelo Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria (CBOO) na pessoa do seu Presidente, Dr. Ricardo Bretas, e ao SINDIÓPTICA-BA na pessoa do seu Presidente, Dr. Juarez Gonçalves da Hora.

Sala das sessões, 06 de março de 2017.”

Então, Sr. Presidente, não poderia deixar de registrar a importância dos optometristas no Estado da Bahia e de parabenizá-los pela sua missão tão importante.

No entanto, o Ministério da Saúde não tem dado suporte para as pessoas mais carentes e necessitadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, o deputado Targino Machado pelo tempo de 6 minutos. Desculpe-me, 7 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Tenho de concordar com o deputado Alex.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Depois de tanta discordância, Ex^a, pelo menos, uma concordância no final da tarde.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, senhores das Galerias, depois de uma discussão acalorada como aconteceu no plenário hoje à tarde, a respeito de dúvidas regimentais, eu quero me dirigir à Casa para dizer que esta, antes de qualquer coisa, é uma Casa política, composta por deputados eleitos para o exercício da democracia indireta. Democracia indireta pois o poder exercido pelos Srs. Deputados é de representação. Não estou para falar – e não devo – pensando somente na minha vontade e nas minhas ideias. Preciso representar um conjunto daqueles que acreditaram nas ideias que eu desfilei em praça pública. E preciso ter fidelidade a elas.

Por isso que, às vezes, não gostam porque contrario interesses, mas tenho de ter fidelidade àqueles que me trouxeram para o mandato. É dessa forma que quero dizer que não estou aqui para agradar, ou desagradar. Creio que não tenho perfil para submeter o meu nome a esta Casa para presidi-la. Não! Isso porque nunca vou ter a maioria para votar em mim pelo meu estilo. Pois podem existir os bons e os ruins, deputado Paulo Rangel, mas muito pior do que um estilo ruim, é não ter um. Muito pior do que uma opinião divergente da minha, é não ter uma opinião para sustentar.

As decisões nesta Casa, deputado Luciano Ribeiro, não podem ficar nas discussões de Regimento, de Constituição, submetidas unicamente às citações de textos legais, é verdade, ou de omissões do Regimento, da Constituição ou de qualquer norma; não podem ficar submetidas somente à praxe ou à vontade de quem preside esta sessão.

As dúvidas e omissões podem acontecer no nosso Regimento, como, por vezes, acontece, mas as decisões desta Casa têm que ter o caráter político, e esse caráter político se sobrepõe a tudo. Por isso, remeta-se ao plenário as dúvidas, e seja lá o que o Regimento da Casa fale, o plenário é soberano para decidir de forma inversa. As decisões aqui precisam ser políticas, e sempre foram assim.

Quero dizer aos senhores que deixemos de lado se o contrato é escrito. Eu me remeto a um ilustre baiano que escreveu um livro, um compêndio que vai perdurar por muito tempo. O mestre Orlando Gomes, no seu livro de título Contratos, diz, deputado Luciano Ribeiro, que os contratos podem ser escritos, verbais ou tácitos. E eu junto o que é escrito pelos escribas, o que é falado pelos bons tribunos, e a isso somo as dúvidas que não foram alcançadas pelos contratos escritos nem pela oratória

dos grandes oradores. Isso cai na vala chamada tácita, que é tácito que as decisões aqui precisam ser políticas. O que esta Casa busca é a política.

Não interessa ao deputado Marcelo Nilo se o projeto é bom ou ruim, porque ele pode discordar por razões políticas. Não interessa ao deputado Targino Machado se o projeto emanado do Governo é bom ou ruim, interessa é a decisão política que precisamos tomar nesta Casa. É a política que dá o nosso norte, é a política, representando os eleitores que para aqui nos trouxeram, que há de definir.

Não sou biruta de aeroporto, os deputados aqui não são birutas de aeroporto para ficarem ao léu e à vontade dos ventos de Norte a Sul, de Leste a Oeste.

Concluo a minha fala dizendo que o bom desta Casa é porque as decisões são políticas, e foi uma decisão política de 6 deputados, da qual posso discordar ou não, mas foi numa decisão política deles se alinharem e formarem um bloco, que hoje é um bloco independente, pois essa é uma decisão política.

Conteste-se essa decisão política em qualquer foro, mas aqui, nesta Casa, não se pode falar em recorrer. E eu quero, com a devida vênica, pedir ao ilustre amigo Marcelo Nilo, que presidiu esta Casa durante 10 anos... Eu tenho o direito de querer recorrer à Justiça contra esta Casa, mas V.Ex^a, que dirigiu esta Casa, e dirigiu tão bem durante 10 anos, não pode querer recorrer das decisões políticas desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria, ou o Líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Marcelo Nilo:- Eu gostaria de falar, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Cederei o meu tempo para V.Ex^a, então.

Eu falaria, mas indicarei o deputado Marcelo Nilo para falar pelo tempo de até 5 minutos. Falará, posteriormente, o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de até 5 minutos e a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de até 2 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Quero aproveitar para saudar o aniversariante do dia, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Gostaria de cumprimentá-lo pela passagem do seu aniversário.

Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, deputado Marcelo Nilo.

O Sr. MARCELO NILO:- Meu querido presidente, deputado Alex Lima, fico feliz quando ouço o meu querido amigo, deputado Targino Machado. Esta Casa é política! Nós somos eleitos para fazer política, mas o que não podemos é ferir o Regimento Interno desta Casa. O deputado Targino Machado talvez seja o deputado que mais cobra do presidente de plantão que cumpra rigorosamente o Regimento Interno da Casa.

Eu, Marcelo Nilo, deputado estadual do PSL, tenho uma opinião muito clara, inclusive coerente com as opiniões e decisões que tomei sentado na cadeira de presidente da Assembleia Legislativa. Não existe no Regimento Interno desta Casa bloco independente. O que existe são blocos partidários que formam a Maioria ou a Minoria.

Lembro-me muito bem que o PP, Partido Progressista, queria ser um bloco independente, mas indeferimos esse pleito de bloco independente. É óbvio que o presidente só toma uma decisão se for provocado por um dos deputados.

O deputado Targino Machado é médico, mas entende muito de Direito. Ele é uma pessoa a quem, inclusive, esta Casa deve muito, porque é um conhecedor do Regimento Interno. Pela primeira vez, nesta Casa, eu vi o deputado Targino Machado dizendo – pelo menos foi o que eu entendi – que a política está acima das decisões do Regimento Interno.

O Sr. Targino Machado:- V.Ex^a chegou atrasado.

O Sr. MARCELO NILO:- Então, V.Ex^a me permita... V.Ex^a foi muito claro quando disse que as posições, aqui, são políticas. Isso não pode ser diferente, mas são políticas dentro do Regimento Interno. O art. 37 é muito claro! Tem a Maioria, que é formada por partidos ou blocos que fazem a Maioria! Esse mesmo artigo diz que aqueles que não pertencem à Maioria são a Minoria. É muito claro o Regimento Interno desta Casa. Deputado Targino Machado, com o apreço, a admiração, o respeito e a amizade que tenho por V.Ex^a, é só ler o art. 37, que é muito claro. Vou repetir para V.Ex^a: partidos, blocos que fazem parte desta Casa... A Maioria forma o bloco majoritário. Aqueles que não fazem parte do bloco majoritário passam a ser o bloco minoritário, ou seja, a Minoria! Não existe bloco independente nesta Casa! Eu aceitei a decisão do presidente Angelo Coronel, que indeferiu a minha questão de ordem. Eu quero crer...

Como eu não concordo, eu só tenho uma saída: ir à Justiça. Se a Justiça decidir que o presidente está correto, acatarei. Se a Justiça achar que não existe essa palavra independente... Na realidade esta Casa sempre foi composta por deputados que fazem parte do governo ou da oposição. Eu nunca vi, nesta Casa, um deputado independente. Ou vota com o Governo, ou vota com a Oposição!

(O deputado Targino Machado fala fora do microfone)

Não, deputado. Não foi! O que V.Ex^a foi... V.Ex^a é muito inteligente e está utilizando da sua prerrogativa de Líder de um Bloco de, salvo engano, dois ou três deputados que não aceitavam as dispensas de formalidades, aí tinham que consultar sempre V.Ex^a, que, com seu estilo polêmico, fazia as defesas daquilo que acredita. E ficavam 62 deputados dependendo do deputado Targino Machado. Mas nós modificamos o Regimento para que V.Ex^a não fosse o único deputado que inviabilizasse um acordo de 62 deputados.

Então, deputado, V.Ex^a pela primeira vez me permita, está sendo incoerente com a sua história. Ou seja, Regimento é secundário, o que vale é a decisão política.

Claro que aqui é a política, mas a política não pode ficar acima da Constituição e nem pode ficar acima do Regimento.

O deputado Luciano Ribeiro, que é um dos deputados que mais entendem de regimento nesta Casa, é um dos deputados que entendem de Regimento nesta Casa, tem uma posição correta e clara e disse em alto e bom som aqui que não existe Bloco Independente. O que é Bloco Independente? É o que não concorda com a Maioria, não concorda com a Minoria? Onde está o artigo do Regimento que diz isso?

Então, concluindo, Sr. Presidente, quero dizer que, como deputado, vou recorrer da decisão do presidente Angelo Coronel, com todo respeito e apreço que lhe tenho, para que a Justiça decida. Deputado Targino Machado, V.Ex^a já recorreu diversas vezes à Justiça.

O Sr. Targino Machado:- (Fora do microfone.) Nunca assinei.

O Sr. MARCELO NILO:- Nunca assinou um pedido à Justiça?

O Sr. Targino Machado:- (Fora do microfone.) Não, porque eu nunca fui presidente.

O Sr. MARCELO NILO:- Não precisa ser presidente, não. Como deputado, V.Ex^a não recorreu à Justiça, não? Várias vezes V.Ex^a recorreu à Justiça corretamente. O único direito de quem não concorda com a decisão desta Casa é o de recorrer à Justiça, que é quem pode dirimir as dúvidas Constitucionais ou Regimentais.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, todos que nos assistem e nos ouvem, subo aqui a esta tribuna, mais uma vez, para tratar de uma questão que considero estratégica. Nós estamos vivenciando, nesses últimos meses, situações que poderão, de uma vez por todas, marcar o maior retrocesso político de que se tem notícia, nos tempos modernos, em nosso País. E olhe que, a partir desse governo, o governo temerário, esse governo tratou da PEC do teto dos gastos num País que mostrou claramente, desde os anos 90, que foi talhado para crescer, porque tem sempre sido gerido para alguém do seu potencial.

Isso significa dizer que os 20, 22% daquilo que se gasta em investimento social, daqui a 10 anos, serão apenas 12%; daqui a 20 anos, serão tão-somente 8%. Depois nós vimos a questão da desregulamentação do Pré-Sal, tirando a Petrobras do gerenciamento daquelas reservas já aprovadas e sem risco, que se constituem na maior fronteira de produção de óleo e de gás de que se tem notícia. Olhe que agora vem a PEC 287. Eu quero convidar os meus pares para que, no dia 30 de março – vamos inclusive chamar o relator da PEC, deputado Arthur Maia, para que venha nesta Casa fazer um grande debate, com outras vozes dissonantes, para que esta Casa possa aprofundar o processo que vai ficar na inviabilização da Previdência Social, que é um instrumento fantástico de redução da desigualdade em nosso País.

Além disso, estamos às voltas da terceirização completa das atividades fins, da destruição das regras da CLT. Em que pese a necessidade de modificar essas relações do trabalho, é preciso discutir com os principais interessados, aqueles que constroem a renda deste País.

O que é pior: voltaram com força redobrada as privatizações. O quê? O saneamento. Ainda estamos muito longe da universalização desse direito básico, mas vamos privatizar. Existe chantagem para que os estados, que precisam do dinheiro do governo federal, vendam suas empresas de saneamento e transformem a água e os mananciais em mercadorias; os bancos oficiais: a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, o BNDES e todo o instrumental que temos para financiar a produção e os benefícios sociais deste País.

E as consequências? A diminuição do Estado brasileiro, retirando direitos como jamais vimos. Foram apenas e tão somente os pequenos degraus; a ampliação do *apartheid* social; o retrocesso dos investimentos nas políticas públicas sociais; e o aumento da fome.

É a mesma coisa que pegar, deputado Gika, os 40 milhões de brasileiros que não tinham comida 3 vezes ao dia e fazê-los voltar para o caminho da inanição, da iniquidade. É isso que estão fazendo com a nossa jovem democracia.

É disso que esta Casa tem de se ocupar, porque nós temos de ter responsabilidade com as futuras gerações. São esses os temas que nos serão muito caros ao passar por eles silentes, obsequiosos, sem trazer sistemas pulsantes. Temas em que o contraditório deve se inteirar nesta Casa, que sempre trabalhou essas questões, dignificando a boa política no Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur, pelo tempo de 2 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, como médica oftalmologista, que dediquei toda a minha vida a cuidar da saúde ocular e que, nesta Casa, como o deputado Luciano Ribeiro, sou uma legalista que defende a Constituição Federal e aquilo que está no Regimento. Aliás, essa pauta vem sendo a discussão da tarde toda. Nós só podemos defender o que está na lei.

Quero esclarecer a todas as pessoas que nos ouvem. Na verdade, deputado Targino, a profissão de optometrista para tratamento de doenças oculares, não para cuidar de óculos e outras matérias, para tratamento de patologias oculares, não existe em nossa lei, é uma coisa pacificada no Supremo Tribunal.

Quero dizer que o Dia da Saúde Ocular se comemora no dia 10 de julho. O dia de quem pode cuidar da sua visão – você que nos ouve através da *TV Assembleia* – é o Dia do Oftalmologista, que é um médico formado para tal, que tem capacidade de cuidar da saúde ocular, que se comemora na data de 7 de maio.

Com todo o respeito ao deputado Joseildo Ramos, nobre presidente da CCJ, que me antecedeu, temos muitas pautas comuns, há um projeto de nossa autoria na CCJ, precisamos esclarecer à população que quem pode cuidar das doenças dos olhos é um médico oftalmologista, formado para tal. Todos os cuidados, até a simples prescrição de óculos. A prescrição de óculos requer um exame cuidadoso de fundo de olho, de pressão.

A profissão de optometrista não está regulamentada. Portanto, você que está nos ouvindo, para cuidar dos seus olhos procure um médico oftalmologista.

No Brasil, essa profissão pode ter até o seu dia comemorado, porque se tem dia de tudo e temos que respeitar a pluralidade do País. Mas o Dia do Médico Oftalmologista é 7 de maio, e ele é quem pode cuidar dos seus olhos. Isso é lei em nosso País, a Constituição Federal assim diz, e queremos preservar isso.

Espero que esta Casa possa, em breve, encaminhar projeto de nossa autoria determinando isso. Inclusive, o Ministério Público do Estado já determinou que não é atividade do optometrista ter consultórios oftalmológicos para cuidar das doenças oculares, para prescrição de óculos, para tratamento de qualquer doença ocular. Fica o esclarecimento.

Ao mesmo tempo, saúdo a todos os deputados que hoje usaram a gravata rosa, e que amanhã usarão de novo, para dizer que a luta das mulheres é uma luta que precisa de vocês, homens. E isso é para lembrar que rosa não é uma cor exclusivamente das mulheres, porque isso é até um preconceito com a cor. E lembrar que nesta Casa também vocês podem ter iniciativas, fazer projetos de lei que beneficiem as mulheres, e que façam políticas públicas para as mulheres baianas.

Amanhã, teremos uma caminhada no Campo Grande. E esperamos vocês, de novo usando essa gravata rosa, dizendo que essa luta é de todos nós.

Então, feliz Dia 8 de Março, felizes todos os dias da mulher e viva a equidade de gêneros, não à violência contra a mulher, e, sim, à cultura da paz entre nós.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Ordem do Dia.

Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 22.053/2016, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 8.573, de 13 de janeiro de 2003, e a Lei nº 10.848, de 3 de dezembro de 2007, na forma que indica.

O parecer é das Comissões de Constituição e Justiça; Educação, Cultura Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho; e Finanças, Orçamento Fiscalização e Controle.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, o Art. 158 diz que as deliberações, salvo disposição em contrário, serão tomadas por maioria simples de voto com a presença da maioria absoluta da Assembleia. Por isso peço a verificação de quórum para a votação.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Primeiro, eu queria apelar para a sensibilidade política do deputado Targino Machado, até porque esta é uma Casa política e esse tema é importante, pois trata de uma situação que tem levado a Previdência do Estado a, praticamente, uma situação de insolvência. É um tema que tem que ser debatido, realmente.

E quero, aqui, colocar uma preocupação, pois acho que o Estado, no futuro, não vai conseguir levar em conta o compromisso de manter uma previdência complementar. Vamos ter que trabalhar com regime de previdência suplementar.

Queria, Sr. Presidente, que V.Ex^a zerasse o painel e desse os 25 minutos regulamentares para que possamos restabelecer o quórum, já que existe uma questão de ordem em que o deputado Targino pede a verificação de quórum para votação. Portanto, queria fazer um chamado a todos os deputados que se encontram nesta Casa, no cafezinho...

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- O deputado Paulo Rangel não está entendendo. Agora, é no âmbito das Comissões, porque se não leu o parecer...

O Sr. Paulo Rangel:- Eu reconheço, mas não citou no âmbito das comissões. Não foi citado.

O Sr. Targino Machado:- Excelência, o que abunda não vicia.

O Sr. Paulo Rangel:- Mas tudo bem, eu retiro.

O Sr. Paulo Rangel:- O.K., mas não foi citado.

O Sr. Targino Machado:- Não houve leitura de parecer ainda. É no âmbito das comissões.

O Sr. Paulo Rangel:- Concordo, Sr. Presidente. Tudo bem. Tem que ser feita a leitura, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Neto:- Primeiro a leitura do parecer.

O Sr. Marcelo Nilo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Marcelo Nilo.

O Sr. Marcelo Nilo:- Sr. Presidente,...

Deputado, V.Ex^a sabe que tenho o maior respeito e apreço por V.Ex^a, só se pede verificação de quórum na comissão depois que é lido o relatório, sempre foi aqui. Lê o relatório, aí concordo com o deputado Targino Machado.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Designo para relatar a matéria o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, eu não sou da Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Deputado Joseildo Ramos, desculpe-me.

Designo para relatar a matéria o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- “PARECER

Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 22.053/2016, de autoria do Poder Executivo, o qual “Altera a Lei nº 8.573, de 13 de janeiro de 2003, e a Lei nº 10.848, de 03 de dezembro de 2007, na forma que indica.”

Encaminha, à apreciação desta Casa, o Exm^o-Sr. Governador do Estado, o projeto de lei que ora passo a relatar, alterando as Leis n^{os} 8.573/2003 e 10.848/2007.

A proposição tem por objetivo “modificar a periodicidade de concessão do Prêmio Servidor Cidadão e do Prêmio de Boas Práticas de Trabalho no Serviço Público Estadual para 02 (dois) anos”, conforme indica a Mensagem Governamental.

Em relação a ambas as premiações, as principais modificações referem-se à periodicidade de concessão, que passa a ser de dois anos, ao invés da anualidade originalmente instituída em ambos os casos, bem como aos valores dos prêmios, que passam a ser fixados por decreto do Poder Executivo.

O projeto não recebeu emendas, e, considerando que atende às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 7 de março de 2017.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Luciano Ribeiro:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Eu gostaria de pedir a V.Ex^a a verificação de quórum no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Tudo bem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Eu gostaria que marcassem o tempo regimental de 15 minutos.

O Sr. Zé Neto:- Pede o tempo regulamentar, viu?

(Chamada nominal no âmbito das Comissões.)

Há quórum.

Em discussão o parecer do relator.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de pedir vistas...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Não pode mais pedir.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Pela ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, ele teria que ter pedido vistas antes. A matéria já está agora em votação e não cabe mais vistas.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Defiro sua questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

Encerrada a discussão. Em votação. Os senhores membros das comissões que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nas comissões. Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 22.053/2016, que altera a Lei nº 8.573, de 3 de janeiro de 2013, e a Lei nº 10.848, de 03 de dezembro de 2007.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra para discutir a matéria o deputado Targino Machado pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados...

(Alguns deputados falam fora dos microfones)

Não entendi, deputado. Se V. Ex^a quiser, ainda há tempo para se inscrever.

Na verdade, nesse momento, deputado Pablo, quero é fazer conta: 1, 2, 3...

Matérias de tanta importância quanto as que se pretende votar aqui, que de tão importantes que são estão a sobrestar a pauta. Então gostaria de pedir a V.Ex^a uma verificação de quórum de votação. Que zere-se o painel, abram-se os 15 minutos...

O Sr. Zé Neto:- Mas, V.Ex^a já pediu essa inscrição. Já está em discussão...

O Sr. TARGINO MACHADO:- Tem que ter 32 para votar.

(O deputado Zé Neto fala fora do microfone)

V.Ex^a quer que eu fique falando?

(O deputado Zé Neto fala fora do microfone)

Eu abro mão do tempo naturalmente. Estou pedindo a verificação de quórum daqui, Excelência, da tribuna, é um direito meu de qualquer microfone que encontre...

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem ao deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Só peço o seguinte a V.Ex^a, se ele pede o quórum de votação, ele já saiu da obstrução...

O Sr. TARGINO MACHADO:- Já.

O Sr. Zé Neto:-...porque interrompeu a fala dele. Então, não tem mais ao que retornar para se inscrever novamente, não pode. Ele não tem mais a fala de 20 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- V.Ex^a descobriu a roda?

O Sr. Zé Neto:- Presidente, peço o tempo regulamentar para que os deputados que estão na Casa possam comparecer ao Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Defiro a questão de ordem de V.Ex^a.

Peço que zere o painel e faça a contagem regimental. Sr^{as} e Srs. Deputados...

O Sr. Paulo Rangel;- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem ao deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Que V.Ex^a zere o painel, dê os 25 minutos regulamentares, ao tempo que eu gostaria de convocar todos os deputados, principalmente, os da Situação, que se encontram no cafezinho, nos gabinetes, que V.Ex^a zere o painel e dê o tempo regulamentar, Sr. Presidente.

O Sr. TARGINO MACHADO:- V.Ex^a é capaz, inteligente, eu pedi nominal já, já pedi que zere o painel. V.Ex^{as} estão querendo obstruir para ganhar tempo?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Há um pedido de verificação de quórum de votação do deputado Targino Machado.

Convoco as Sr^{as} e os Srs Deputados a se fazerem presentes ao Plenário.

O Sr. Paulo Rangel:- No tempo de 30 minutos, quero a questão de ordem, conforme acordo nesta Casa para falar por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem ao deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Queria, Sr. Presidente, fazer um apelo a todos os deputados da Base, não sei, porque o nervosismo nesta Casa. O deputado Luciano Ribeiro, o regimentalista, também... Acho que alguma coisa está acontecendo nesta Casa, que o nosso papel tem sido até facilitado no dia de hoje.

Sr. Presidente, queria que V.Ex^a convidasse os deputados nominalmente, que os deputados que estão no cafezinho, nos gabinetes se fizessem presentes, já que existe uma questão de ordem onde se pede verificação de quórum de votação, solicitação do deputado Targino Machado.

Então, deputados da Base do Governo, deputados, inclusive, da Oposição que querem contribuir com esse assunto tão importante, que trata do Deficit da Previdência Pública do Estado, que compareçam a este Plenário o mais urgente possível, já que existe um pedido de verificação de quórum de votação.

Era essa a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum de votação.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal dos deputados)

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, quero convocar os deputados e deputadas presentes na Casa para que compareçam ao Plenário. Nós estamos em regime de votação e estamos precisando do quórum de votação.

Eu quero apenas salientar ao deputado que solicitou o quórum de votação, deputado Targino, deputado, temos coisas da Casa Legislativa, coisas da política, e quero dizer a V.Ex^a que vou fazer um esforço grande agora para fazer com que o quórum se estabeleça. Mas, quero fazer um apelo a V.Ex^a, porque a gente trabalha em cima de situações tranquilas. Eu perguntei à Oposição, se a Oposição iria para a obstrução ou se iria pedir vistas. O deputado Sandro Régis estava se sentindo mal e me disse que ia perguntar à turma. Eu conversei com o deputado Luciano e conversei com alguns deputados, não quero aqui criar nenhum conflito, ao contrário, e o que aconteceu foi o que o deputado Sandro me disse que o deputado Luciano pediria vistas. E perguntei ao deputado Luciano se ele pediria vistas e ele disse que iria pedir, porque queria ver um pouco mais a situação do projeto.

E eu, claro, que vários deputados da Bancada me solicitaram se haveria votação e eu disse que haveria, mas disse que parecia que haveria, por parte da Oposição, vistas, mas que eu iria confirmar. Confirmei e a Oposição me disse que pediria vistas.

Então, V.Ex^a, ao pedir quórum de votação é claro que me coloca numa situação difícil com minha Bancada, porque eu, de uma certa forma, trabalhei em cima de uma informação.

A gente está aqui numa disputa tranquila, e que eu respeito muito, mas existem situações que eu peço que V.Ex^a que reflita, porque eu acreditei num posicionamento de Bancada, que para mim é tranquilo, já aconteceu várias vezes, V.Ex^a é um dos deputados que, muitas vezes, pediu aqui vistas, e me antecipou até: “vou pedir vistas, não adianta você fazer que não haverá votação”.

Então, eu estou dizendo a V.Ex^a da dificuldade que eu tenho de botar os 32, porque alguns deputados, realmente, já saíram, porque acreditaram que haveria por parte da Oposição pedido de vistas, o que é natural. Nós temos um projeto sobrestando, quando você pede vista você não pode dar sequência.

E peço aos deputados que estão na Casa, estamos fazendo um esforço, inclusive já ligamos para os deputados que já saíram, já estão, inclusive, fora da Casa, para ver se chegam a tempo aqui de dar a frequência.

Então, eu peço à Oposição que tenhamos sempre disputas que são superprodutivas para esta Casa. Esta Casa não seria a Casa que é, se não tivesse a disputa dentro da democracia e dentro do respeito. Mas, quero fazer valer a V.Ex^a que havia esse posicionamento nosso com relação a essa informação que foi dada pela Oposição e peço a V. Ex^a que contempore, porque essas coisas acontecem, e, realmente, não estava na minha conta que V.Ex^{as} não iriam pedir vistas ao projeto, que de fato tem alguma coisa que precisa ser refletida pela Bancada da Oposição. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Eu queria aproveitar e desejar ao deputado Paulo Rangel muitas felicidades pelo seu aniversário na data de hoje. Vamos aplaudi-lo. (Palmas) E tenho certeza que, logo mais, ao encerrar esta sessão, o deputado Paulo Rangel irá convocar esta Casa para a grande boca-livre noturna de hoje. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado Paulo Rangel, se V.Ex^a quiser convidar esta Casa para algum evento mais tarde, eu lhe concedo uma questão de ordem.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente, uns 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, o aniversariante do dia que, com certeza, irá nos convidar para algo mais.

O Sr. Paulo Rangel:- O.K., Sr. Presidente, queria, mais uma vez, fazer um apelo aos deputados da Base. Faltam apenas 3 Srs. Deputados ou Deputadas para que a gente tenha aqui o quórum de votação. Eu queria fazer esse apelo ao pessoal do PSL, meus companheiros do PSL, que são independentes, mas que votarão nas causas nobres. Os deputados que estão nos gabinetes, na sala de Carlinhos, que estão na garagem, eu não quero citar nomes, mas faltam apenas 3 Sr^{as} ou Srs. Deputados para que a gente restabeleça o quórum e possa votar essa questão tão importante. (Pausa)

Faltam agora 2 Srs. Deputados. A gente faz um apelo àqueles deputados que estão na sala do nosso grande professor Carlinhos para se fazerem presentes. Com o deputado Robinho, já são 31 Srs. Deputados. Falta apenas 1 Sr. Deputado. Deputado Isidório já está chegando.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Restabelecido o quórum. Em votação o Projeto de Lei nº 22.053/2016, de procedência do Poder Executivo. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado com os votos contrários dos membros do Bloco da Minoria.

PROJETO DE LEI Nº 22.053/2016

Altera a Lei nº 8.573, de 13 de janeiro de 2003, e a Lei nº 10.848, de 03 de dezembro de 2007, na forma que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam alterados o art. 2º e os incisos II e III do § 1º do art. 3º da Lei nº 8.573, de 13 de janeiro de 2003, passando a vigorar com as seguintes redações:

“**Art. 2º** - O Prêmio, a ser pago de 02 (dois) em 02 (dois) anos, em valor líquido, já descontados os impostos e taxas, por ocasião da data comemorativa do Dia do Servidor Público, será concedido aos 10 (dez) melhores projetos ou ações selecionados, conforme ordem de classificação. (NR)

I - (revogado);

II - (revogado);

III - (revogado);

IV - (revogado);

V - (revogado);

VI – (revogado).

§ 1º - O prêmio de que trata o parágrafo único do art. 1º desta Lei será concedido a uma das instituições, cujo projeto ou ação tenha sido selecionada entre os 05 (cinco) primeiros colocados na premiação, não podendo ultrapassar o valor líquido pago ao primeiro colocado. (NR)

§ 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a determinar o valor dos prêmios em Decreto.”

“**Art. 3º** -

.....

§ 1º -

.....

II - um representante da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social;

III - um representante da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte; (NR)

.....”

Art. 2º - A Lei nº 10.848, de 03 de dezembro de 2007, que institui o Prêmio de

Boas Práticas de Trabalho no Serviço Público Estadual, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 3º** - O Prêmio, a ser pago de 02 (dois) em 02 (dois) anos, em valor líquido, já descontados os impostos e taxas, por ocasião da data comemorativa do Dia do Servidor Público, será concedido aos 10 (dez) melhores projetos ou ações selecionados, conforme ordem de classificação. (NR)

I - (revogado);

II - (revogado);

III - (revogado);

IV - (revogado);

V - (revogado);

VI - (revogado).

.....
§ 3º - A inscrição será realizada de 02 (dois) em 02 (dois) anos, assegurando-se a todos os inscritos o recebimento de certificado de participação no Prêmio. (NR)

§ 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a determinar o valor dos prêmios em Decreto.”

Art. 3º - Ficam revogados os incisos I a VI do *caput* do art. 2º da Lei nº 8.573, de 13 de janeiro de 2003, e os incisos I a VI do *caput* do art. 3º da Lei nº 10.848, de 03 de dezembro de 2007.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 22.059/2016, de procedência do Poder Executivo, que altera a Lei nº 13.222, de 12 de janeiro de 2015.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciências e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumir e Relações do Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo para relatar essa matéria o deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo para relatar a matéria.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- (Lê) “*PARECER*

Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 22.059/2016, de

autoria do Poder Executivo, o qual “Altera a Lei nº 13.222, de 12 de janeiro de 2015.”

A proposição que ora passo a relatar, de autoria do Poder Executivo, tem o objetivo de "tornar automática e presumida a adesão ao plano de benefícios do Regime de Previdência Complementar; visando favorecer o ingresso de participantes no sistema, bem como beneficiar as entidades de Previdência Complementar", conforme registra o Sr. Governador na Mensagem encaminhada a esta Casa..

A medida de adesão automática e presumida, ao invés da opção do servidor, alcança apenas aqueles com remuneração superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social e que tenham ingressado no serviço público a partir da data de publicação, pelo órgão fiscalizador, da autorização de aplicação do regulamento do plano de benefícios da Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - PREVBAHIA.

Trata-se, portanto, de medida destinada a fortalecer a previdência complementar dos servidores estaduais.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 7 de março de 2017.”

Portanto, o nosso parecer é favorável.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Pablo Barrozo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Pablo Barrozo:- Gostaria de pedir vistas da matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Concedo vistas por 48 horas ao deputado Pablo Barrozo.

Declaro encerrada a presente sessão, porque tenho certeza que o deputado Paulo Rangel convocará alguma sessão extraordinária fora do Parlamento em razão da data do seu aniversário.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.